



Anais da Assembléia

Nº 149

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Elío Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caio Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

RESOLUÇÃO N° 015/93

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha. (Ex-Projeto de Lei n° 459/93).

DATA: 30 de setembro de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Guarapuava, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Palmeirinha:

"Começando na GA-125 e próximo da margem do Rio Piquiri na linha perimétrica em confrontação com terras do Distrito de Campina do Simão-Pr, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Piquiri no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Turvo-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência com o Rio Paiquerê, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela margem direita do Rio Paiquerê, no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Turvo-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar uma linha seca divisória perimétrica. Deste ponto, segue pela linha seca poligonal perimétrica, com percurso retilíneo, confrontando com terras do Município de Turvo-Pr, com rumo de NW 60°00'SE, mediu-se 6.500,00 mts. até encontrar a margem do Rio Jacu, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Arroio do Jacu em sua margem direita no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Turvo-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a rodovia PR-460, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela Rodovia PR-460, que se dirige de Turvo-Pr, para Palmeirinha, com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a encruzilhada da referida Rodovia PR-460, com a GA-313, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela GA-313, confrontando com terras do Município de Turvo-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a margem

direita do Arroio Fundo, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela margem direita do Arroio Fundo, no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Guarapuava-Pr, com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a Estrada Municipal GA-101, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica, constituída pela GA-101, confrontando com terras do Município de Guarapuava-Pr., com vários rumos sucessivos e distâncias, até encontrar a margem do Rio Coutinho, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela margem direita do Rio Coutinho, no sentido descendente, confrontando com terras do Município de Guarapuava-Pr, cruza a ponte e a Rodovia PR-460, que se dirige para o Município de Turvo-Pr, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 30.300,00 mts., até encontrar a ponte de concreto do Rio Coutinho e a BR-Panamericana 277, na linha perimétrica.

Deste ponto, segue pela linha poligonal perimétrica, constituída pela Rodovia Panamericana BR-277, confrontando com terras do Município de Cândói-Pr, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 15.750,00 mts., até encontrar a ponte de concreto na Rodovia Panamericana BR-277 e o Rio Campo Real, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela margem direita do Rio Campo Real, no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cândói-Pr, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhamento de ordenadas, até encontrar com a confluência do Rio dos Porcos. Deste ponto segue pelo Rio dos Porcos no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Cândói-Pr, até encontrar a GA-126, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela estrada GA-126, confrontando com terras do Município de Cândói-Pr, até encontrar a GA-150. Deste ponto segue pela estrada GA-150, confrontando com terras do Município de Cândói-Pr, até encontrar a GA-128. Deste ponto segue pela estrada GA-128, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela estrada GA-128, confrontando com terras do Município de Cândói-Pr, até encontrar o Rio do Poço na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo Rio do Poço, confrontando com terras do Município de Cantagalo-Pr, até encontrar a GA-149. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela GA-149, confrontando com terras do Município de Cantagalo-Pr, até encontrar a GA-132, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha

perimétrica constituída pela GA-132, confrontando com terras do Município de Cantagalo, até encontrar a Encruzilhada do Tiné, na GA-132, com a GA-471, na linha perimétrica. Deste ponto segue por uma linha seca e divisória com percurso retilíneo, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a cabeceira do Arroio Divisa na linha perimétrica. Deste ponto segue por uma linha seca e divisória com percurso retilíneo, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a cabeceira do Rio Baú, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pelo Rio Baú, até encontrar a confluência com o Rio do Veado. Deste ponto segue pelo Rio do Veado, no sentido ascendente, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a GA-124, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela GA-124, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a GA-134, na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela GA-134, confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, até encontrar a GA-125, na linha perimétrica. Finalmente: segue pela GA-125 confrontando com terras do Distrito de Campina do Simão, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar o Rio Piquiri, na linha perimétrica, onde começou e encerra-se a descrição da inicial".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE PALMEIRINHA

"Começando do P.P.O.M.I., cravado na linha poligonal perimétrica junto da esquina com a Rua Dom Pedro II e a Rua Emílio de Campos, segue por uma linha seca poligonal perimétrica confrontando com terras pertencentes a sucessores de Cipriano M. de Campos com percurso retilíneo a rumo de SW5°00'NE e mediu-se 186,00 mts., até encontrar o limite do acostamento da Rodovia PR-460 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo limite do acostamento da Rodovia PR-460, confrontando com terras pertencentes aos sucessores de Maria Berger da Silva e outros. Mediu-se 432,00 mts. até encontrar uma cerca de arame na linha perimétrica.

Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída por uma cerca de arame com rumo SW34°00'NE. Mediu-se 18,00 mts. até encontrar o marco IV. Deste marco segue por linha seca perimétrica com percurso retilíneo acompanhando a Avenida Manoel Moreira de Campos, com o rumo de NE18°30'SW, mediu-se 665,00 mts. até encontrar a Rua Antonio França. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Rua Antonio França, confrontando com terras pertencentes a sucessores de Maria

Berger da Silva, com percurso retilíneo e a rumo de SE71°30'NW e mediu-se 353,00 mts. onde encontra-se a esquina com a Rua Emílio de Campos. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Rua Emílio de Campos com percurso retilíneo a rumo de SW18°30'NE. Mediu-se 120,00 mts. até encontrar a esquina da Rua Alípio Marcondes na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela Rua Alípio Marcondes, com percurso retilíneo a rumo de SE71°30'NW e mediu-se 70,00 mts. até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica com percurso retilíneo com o rumo de SW18°30'NE mediu-se 220,00 mts. até encontrar a Rua João de Deus Biscaia. Deste ponto segue por linha seca perimétrica com percurso retilíneo acompanhando a Rua João de Deus Biscaia com rumo de SE71°30'NW mediu-se 52,00 mts. até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo prolongamento da Rua Eugênio Branco com rumo de SW18°30'NE mediu-se 55,00 mts. onde encontra-se a estrada para o Cerro Verde. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela estrada que se dirige para o Cerro Verde, com o rumo de SE87°30'NW mediu-se 66,00 mts. até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha seca poligonal perimétrica confrontando com terras do imóvel denominado Butiá, com os rumos sucessivos de SE1°30'NW mediu-se 80,00 mts. a rumo de SE23°30'NW, mediu-se 64,00 mts. até encontrar a linha perimétrica, na divisa com terras de Cipriano M. de Campos. Finalmente: segue pela linha perimétrica com um percurso retilíneo, confrontando com terras pertencentes aos sucessores de Cipriano M. de Campos, com os rumos sucessivos de SW83°30'NE, mediu-se 28,00 mts. a rumo de SW75°00'NE, mediu-se 62,00 mts. a rumo de SW69°00'NE, mediu-se 260,00 mts.. até encontrar o P.P.O.M.I., descrito na inicial onde começou e encerra descrição".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.09.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 016/93

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito, no Município de Cantagalo, para que a população decida sobre a criação do Município de Goioxim.

Data: 30 de setembro de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área descrita, no município de Cantagalo, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Goioxim, com áreas dos distritos de Goioxim, Pinhalzinho e Jacutinga, conforme Memorial Descritivo abaixo:

"Começando na confluência do Rio Piquiri com o Rio Cachoeira, na linha perimétrica em confrontação com terras do município de Santa Maria do Oeste (ex-Pitanga), segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Cachoeira no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhamento de ordenadas até encontrar a estrada GA-132 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela estrada Municipal GA-132 confrontando com terras do Município de Guarapuava até encontrar a encruzilhada com a GA-149 na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela Estrada Municipal GA-149, confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas até encontrar o Rio do Poço na linha Perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio do Poço em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Guarapuava, com vários rumos sucessivos e distância até encontrar a confluência do Rio do Poço com o Rio Juquiã na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiã no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Juquiã com o Rio dos Pedrosos na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio dos Pedrosos em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a Estrada do Campo do Bom Jesus. Deste ponto segue pela estrada de rodagem do Campo do Bom Jesus, confrontando com terras do município de Cantagalo, até encontrar o Rio do Cobre na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal constituída pelo Rio do Cobre em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, até encontrar a confluência do Rio do Cobre com o

arroio do Jaraú ou Doutor, na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo arroio do Jaraú ou Doutor, em sua margem direita no sentido ascendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até a sua nascente. Deste ponto segue pela Cumeadá da Serra do Jarão, divisa interdistrital com Marquinho até a nascente do Rio Guampará.

Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo Rio Guampará em sua margem direita no sentido descendente confrontando com terras do Município de Cantagalo, com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Guampará com o Rio Piquiri, na linha perimétrica. Finalmente, deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Piquiri no sentido ascendente, confrontando com terras do Município de Santa Maria do Oeste (ex-Pitanga), com vários rumos sucessivos e distâncias até encontrar a confluência do Rio Piquiri com o Rio Cachoeira descrito na inicial, onde começou e encerra a demarcação deste polígono".

MEMORIAL DESCRITIVO DA SEDE URBANA DO MUNICÍPIO

"Começando na confluência do arroio da divisa com o Rio Juquiã na linha perimétrica em confrontação com terras do futuro Município de Goioxim, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiã no sentido descendente, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim com vários rumos sucessivos, mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 1.462 mts., até encontrar a confluência do Rio Juquiã com um arroio na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiã no sentido descendente, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 1.153 mts., até encontrar a ponte sobre o Rio Juquiã na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita do Rio Juquiã no sentido descendente, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 656.00 mts., até encontrar uma linha seca poligonal perimétrica com percurso retilíneo, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com rumos sucessivos de SE 50°30'NW mediu-se 56,70 mts., a rumo de SE 25°30'NW mediu-se 110,30 mts., a rumo de SE 0°27'NW mediu-se 26 mts., onde encontra-se a margem de um

arroio de divisa na linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pela margem direita de um arroio de divisa no sentido ascendente confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, cruza a estrada de rodagem que se dirige para a Cidade de Cantagalo, com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 620,00 mts., onde encontra-se uma linha seca divisória. Deste ponto segue por duas (2) linhas secas do perímetro, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com os rumos sucessivos de SW80°30'NE mediu-se 567,00 mts., a rumo de SW34°30'NE mediu-se 250,00 mts., até encontrar a margem de um arroio na linha perimétrica. Deste marco segue pela linha poligonal perimétrica constituída por um arroio em sua margem direita no sentido ascendente, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 186,00 mts., até a linha seca perimétrica. Deste ponto segue por cinco linhas secas poligonais perimétricas com um percurso retilíneo, confrontando com terras do futuro Município de Goioxim, com rumos sucessivos de SW50°30'NE mediu-se 34 mts. a rumo de SE21°00'NW mediu-se 108,00 mts. a rumo de SW480.00'NE mediu-se 30,00 mts. a rumo de SW46°00'NE mediu-se 113,00 mts. a rumo de SW10°00'NE mediu-se 984,00 mts. até encontrar a margem de um arroio de divisa na linha perimétrica. Finalmente, deste ponto segue pela linha poligonal perimétrica constituída pela margem direita de um arroio de divisa no sentido descendente confrontando com terras do futuro Município de Goioxim com vários rumos sucessivos mediu-se pelo caminhamento de ordenadas 940,00 mts. até encontrar a confluência do Rio Juquiã na linha perimétrica, onde começou e encerra a demarcação desta área".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.09.93

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 017/93

Súmula: Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sengés.

Data: 20 de setembro de 1993

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual com-

binado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Ouro Verde do Sul, desmembrado do Município de Sengés, com as seguintes divisas:

"Com o Município de Sengés:

Começa na foz do Arroio Pessegueirinho, no Rio Jaguaricatu, sobe pelo Rio Pessegueirinho, até sua cabeceira mais alta, de onde, em linha reta, alcança a Estrada Municipal 101, segue por esta em direção da sede do Município de Sengés, até o divisor de águas do Ribeirão da Janela e Córrego Capivari, segue por este divisor, atravessando a Serra das Antas, alcançando a cabeceira de um afluente do Ribeirão São Domingos, desce por este afluente até sua cabeceira mais alta, desta segue em linha seca e reta até a cabeceira mais alta, do Rio Toca Feia, segue por este até sua foz no Rio Itararé.

Com o Estado de São Paulo:

Começa na foz do Rio Toca Feia no Rio Itararé, sobe por este e em continuação sobe pelo Rio Bandeirantes ou Água Morta, até sua cabeceira, daí em linha reta a cabeceira do Rio Itapirapuã, pelo qual desce até a foz do Ribeirão do Xaxim.

Com o Município de Doutor Ulysses:

Começa na foz do Ribeirão Xaxim, no Rio Itapirapuã, sobe pelo Ribeirão Xaxim até sua cabeceira e daí, em linha reta, até a cumiada da Serra do Paranapiacaba, segue pela cumiada da Serra, em sentido Sudoeste, até alcançar a cabeceira do Rio Jaguaricatu.

Com o Município de Jaguariaíva:

Começa na cabeceira do Rio Jaguaricatu, desce por este até a foz do arroio Pessegueirinho, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20.10.93

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 018/93

Súmula: Aprova as contas da dotação de Reembolso dos Senhores Deputados,

exercício 1992, Resolução nº 015/92, pela Comissão de Tomada de Contas.

Data: 27 de setembro de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o Artigo 123 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovadas as prestações de contas da dotação de Reembolso dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1992, regulamentadas pela Resolução nº 015/92, de 19 de junho de 1992.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.10.93

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1993
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e Severino Félix (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Dalton Machuca, Doutor Rosinha, José Alves, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Toti Colaço e Rossoni.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

Curitiba, quarta, em 27.10.93

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O

Sob o nº DTL/SAT/322/93, do Senhor Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, que em nome do Senhor Governador do Estado, solicita providências no sentido de que a autorização para o afastamento a que alude a Mensagem nº 71/93, de 18/10/93, ora em tramitação nesta Casa de leis, abranja o período de 8 a 21 de novembro próximo e não como constou, tendo em vista que o retorno do Chefe do Poder Executivo ao Brasil, está agora previsto para o referido dia 21. Ao conhecimento da Casa.

OF. nº 107/93

Senhor Presidente.

Este tem a finalidade de justificar nossa ausência na sessão plenária do dia de hoje (27/10), pois estaremos em viagem a Paranaguá a serviço da Comissão Especial para Averiguação da situação do Porto de Paranaguá.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para externar votos de estima.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Preferência de Votação aos projetos que tratam de reajustes de vencimentos, de nºs 618, 617, 616, 613, 586 e 585/93, constantes nos itens 27, 26, 25, 24, 22 e 21 da Ordem do Dia de 27 de outubro de 1993.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Emilia Belinati, Ademar Traiano, Cezar Silvestri, Nilton Barbosa, Lourenço Fregonese, Ovídio Constantino.

REQUERIMENTO Nº 4222

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 4214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão para discussão e votação da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(a) ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia e uma ilegível.

REQUERIMENTO Nº 4221

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, na qualidade de Líderes das Bancadas nesta Casa, REQUEREM, com base nas disposições regimentais pertinentes, dispensa de interstício para a discussão e votação dos seguintes Projetos de Lei nºs 585, 586, 613, 617 e 618/93 e do projeto de Decreto Legislativo nº 002/92, constantes da ordem do Dia da presente Sessão.

Requerem, outrossim, a realização de tantas Sessões Extraordinárias quantas se fizerem necessárias, após a presente Sessão, para que se ultime a aprovação das referidas matérias, bem como, também Projeto de Resolução nº 021/93.

OBS: Excluído o Projeto nº 616.

Excluído o Decreto Legislativo nº 002/93.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(aa) RENATO ADUR

DUILIO GENARI

PAULO MAIA

ERONDY SILVÉRIO

DOCTOR ROSINHA

NILTON BARBOSA

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti

REQUERIMENTO Nº 4190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 556/93, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, tendo em vista que a referida entidade já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 10.346 de 06 de julho de 1993.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 4223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada por cinco Sessões, do Projeto de Lei nº 587/93, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao BIRD, até o valor de US\$ 130.000,00 para financiamento do projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná, após aprovada em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 4220

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Votação em Bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(a) HEINZ HERWIG

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 635/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, do Município de Parana-poema, no Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.93

(a) BASÍLIO ZANUSSI

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Parana-poema foi fundada em 1970 com a finalidade de dar proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, bem-estar e as necessidades básicas da criança e da gestante, especialmente.

Durante todos estes anos, a entidade tem cumprido fielmente os objetivos a que se propôs, tendo, inclusive, alargado sua esfera de atendimento, proporcionando, na medida do possível, boas condições de atendimento às crianças e gestantes.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área territorial adiante

descrita, para que a população manifeste-se sobre a criação do município de SERRA-NÓPOLIS:

"Limitando-se com o Município de Medianeira:

Começa no Rio Represa Grande, na foz do Córrego Sanga Funda ou Lajeado Bento Gonçalves, sobe por este até a sua nascente norte, localizada na divisa dos lotes rurais 199-200, 198-200 e 197-200, até o córrego Quinze de Novembro ou Pinhal, desce por este até sua foz no Rio Dourado.

Limitando-se com o Município de Matelândia:

Começa na foz do córrego Quinze de Novembro ou Pinhal no Rio Dourado, desce por este até sua foz no Rio Silva Jardim, desce por este até a sua foz no Rio Benjamin Constant, desce por este até a sua foz no Rio Iguaçu.

Limitando-se com o Município de Capanema:

Começa na foz do Rio Benjamin Constant no Rio Iguaçu, desce por este até a foz do Rio Santo Antônio.

Limitando-se com a República Argentina:

Começa na foz do Rio Santo Antônio no Rio Iguaçu, desce por este até a foz do Rio Represa Grande.

Limitando-se com o Município de São Miguel do Iguaçu:

Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Represa Grande, sobe por este até a foz do Córrego Sanga Funda ou Lajeado Bento Gonçalves, ponto de partida."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.93.

(a) ÉLIO RUSCH

Apoiamento: Ademar Traiano, Djalma de Almeida César, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Zuk, Antônio Annibelli, Eurides Moura e uma ilegível.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do Expediente, com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Esta Casa deve ser a caixa de ressonância daquilo que pensa o povo, daquilo de sente o povo, daquilo, principalmente, que o povo pensa dos políticos. E a opinião pública nacional está estarelecida com a atitude do Ministro da Fazenda. Nós não vamos falar de escândalo do Orçamento, não vamos falar de PC porque isso aí já é de domínio público e é a sem-vergonhice de alguns Deputados que denigrem a imagem de toda a classe política em todo o País. Felizmente é um pequeno percentual - e graças a Deus como diz o nobre Deputado Al-

borghetti - de representantes do povo que são desonestos e desonram o mandato que recebem das urnas.

Mas o que está causando perplexidade, inclusive aos assalariados, é a intenção do Ministro Fernando Henrique Cardoso em elevar os tributos, onerando ainda mais a classe média brasileira. O ajuste fiscal que o Governo quer fazer tem suas duas vertentes. O que é ajuste fiscal? É a redução de despesas e elevação de tributos.

Agora, aqui neste País, quando falta o dinheiro no caixa, eleva-se os tributos, onerando o povo especialmente a classe média brasileira.

Vejam agora a proposta que o Ministro da Fazenda faz ao Presidente da República: elevação da alíquota do Imposto de Renda não para os grandes, para as grandes corporações que têm lucros extraordinários; mas para o assalariado.

O Ministro da Fazenda que é um despreparado, que é um intelectual de esquerda, que nunca trabalhou na vida, que sempre viveu nas costas do pai, um general de exército, que estudou e fez extensão universitária nas melhores universidades da Europa, não sabe o que é pegar no pesado, confunde salário com renda, confunde remuneração do trabalho com renda e eleva para 35% o Imposto de Renda sobre salários. Imaginem, cada brasileiro vai trabalhar e dar um terço do que ganha para o Governo. Isto é um absurdo, e a classe política não pode aceitar quieta, não pode aceitar sem protestar.

E, por isto, estamos encaminhando um Requerimento às Bancadas do Paraná na Câmara e no Senado Federal para que eles sintam que a Assembléia Legislativa do Paraná - caso seja aprovado o nosso Requerimento - não esta de acordo com o pretendido ajuste fiscal - e não é ajuste fiscal, é aumento de impostos que o Governo quer impor novamente à Nação brasileira, esquecidos de que aumenta-se a arrecadação com reforma tributária. É cobrando menos impostos que se aumenta a arrecadação como fez o Presidente Reagan nos Estados Unidos, como fez o Presidente Roosevelt na década de 30 quando implantou o "New Deal" para tirar os Estados Unidos da recessão terrível em que se encontrava.

Aqui no Brasil onde estamos caminhando para o mesmo destino o Governo vem com uma medida simplista, querendo elevar os tributos.

Faço um apelo aos Senhores Deputados nesta Casa para que aprovelem este Requerimento que é vazado nos seguintes termos:

REQUERIMENTO
PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO
ERONDY SILVÉRIO
SOBRE A ALTA DOS TRIBUTOS

Senhor Presidente

Senhores Deputados

A opinião pública está reagindo com natural indignação à proposta de setores do Governo Federal de aumentarem a carga tributária para cobrir o déficit previsto de 24 bilhões de dólares nas contas do Tesouro Nacional.

É a vez de nos juntarmos ao protesto, enviando moção desta Assembléia Legislativa ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Fazenda e à Bancada Federal pelo Paraná, com um vigoroso e decidido protesto a mais esse simplismo de querer resolver os problemas de gestão do governo às custas da sociedade brasileira.

Em vez de sacrificar ainda mais o povo, o que o governo deve fazer é cortar suas despesas - como fizeram outros países e fazem as empresas quando entram em dificuldades - e não ficar aumentando as alíquotas ou criando encargos que estimulam a sonegação e aumentam a inflação. Mesmo porque há ainda um principal e oneroso subproduto dessa incontinência das finanças públicas: a generalizada incerteza dos agentes econômicos, que leva os empresários a adiarem compras de fim de ano, os industriais a reduzirem a produção, os trabalhadores a ficarem sem emprego e a economia em geral a continuar na mesma e negativa recessão de uma década.

Infelizmente, o Ministro Fernando Henrique Cardoso, ao não aceitar sequer discutir as fórmulas esdrúxulas de aumentar impostos - em vez de bater firme na mesa e exigir do hesitante grupo mineiro que assumiu o poder em Brasília, que faça reformas - esse Ministro Fernando Henrique não está fazendo justiça à sua biografia de intelectual capacitado e de político sensível à realidade, tanto que se voltou para o simplismo de anunciar aumento de impostos, quando sabemos - pela experiência de outros países e pela lição dos fatos - que a única forma de ampliar a arrecadação é reduzir a carga de impostos incidente sobre a economia nacional.

O problema é que, incapacitado de reduzir despesas, o Ministro imagina poder resolver o déficit do Tesouro Nacional forçando a mão sobre a população, que seria afetada duplamente, pela redução de seus ganhos e pela elevação do custo de vida.

O sr. Colombino Grassano - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

É oportuno

o discurso de V.Exa. nesta hora em que há uma asfixia total para a indústria e para o comércio brasileiros.

Mas acontece que as medidas tomadas pelos Governos Federal e Estaduais, e nós

pactuamos nesta Assembléia Legislativa com uma medida desta, não trouxeram nenhuma vantagem para o consumidor.

Lembra-se V.Exa. de que o Senhor Secretário da Fazenda veio à Assembléia Legislativa, discutir conosco e fez ver a necessidade de diminuir a alíquota para a cesta básica a fim de baixar os produtos da cesta básica, para atender ao consumidor, aos mais carentes. Em contrapartida, a Assembléia Legislativa, atendendo à mensagem governamental, aumentou a alíquota de quê? de telefonia, de energia elétrica, de bebidas alcoólicas. O que ocorreu? Os preços não baixaram para o consumidor de menor poder aquisitivo, mas em compensação a classe média, principalmente o comércio e a indústria, com a elevação da alíquota para 25% quando o Governo não tem despesas com a fiscalização; é uma receita tranqüila que o Governo tem, não precisa colocar fiscal em barreira nenhuma. A TELEPAR, a COPEL, e as empresas que distribuem combustíveis, depositam, rigorosamente, para o Tesouro do Estado, o valor devido.

De modo que é muito simples, Senhor Deputado, e V.Exa. está absolutamente correto na exposição que faz e no requerimento em que encaminha nesta hora ao Ministro, às autoridades federais porque nós não suportamos mais a carga tributária. Nós vamos chegar ao mesmo lugar em que está a Itália, em grande crise, porque na Itália existem 210 impostos. E no Brasil são mais de 60. Vossa Excelência pode contar amplamente, como sempre contou, com o nosso apoio, porque é objetiva, é criteriosa, a atitude de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Vossa Excelência tem toda a razão. Penitencio-me, porque acreditei nas boas intenções do Governo do Estado, votei favoravelmente à elevação da alíquota de 17 para 25% porque a argumentação era de que se reduziriam os preços da cesta básica, que afeta diretamente ao trabalhador, que é o que sempre sofre com os aumentos dos impostos, porque os grandes grupos empresariais do País não estão se incomodando com a elevação de impostos porque eles repassam ao custo dos seus produtos. E o consumidor, o operário, não tem a quem repassar. Ele tem que pagar. Então, eu também fui no engodo, porque faltou critério de fiscalização ao Governo do Estado. O Governo do Estado tem meios para coibir o aumento da cesta básica e até tabelá-la. Por quê? Porque ele reduziu a incidência do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

Mas, veja Vossa Excelência que eu, quando faço um Requerimento destes, não estou sendo hipócrita. Vossa Excelência não disse isto. Mas, eu não estou sendo.

Por quê? Porque eu reagi à Mensagem...

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Jamais pensei nisto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu sei. É apenas uma auto-confissão. Por que eu lutei, aqui, contra a Mensagem do Governo do Estado. Vossa Excelência também sabe. E muitos Srs. Deputados lutaram e nos deram todo o apoio, quando ele quis aumentar desmesuradamente o imposto sobre emplacamento de veículos, o IPVA. Nós conseguimos uma substancial redução, pela reação desta Casa.

Agora, com relação ao episódio ao qual Vossa Excelência se refere, eu fui enganado pelo Governo do Estado, porque não baixou a cesta básica! E Vossa Excelência tem toda a razão. E, agora, espero que os congressistas lá de Brasília, que são os homens que comandam o centro das decisões legislativas sejam sensíveis a esta investida que o Ministro da Fazenda, homem despreparado, homem como já disse, intelectual de esquerda, "filhinho de papai" que nunca trabalhou, quer implantar no País! Onde é que já se viu? Onde é que se viu cobrar 35% de imposto de renda sobre salários, meu Deus do céu?! A pessoa trabalha e dá 1/3 para o Governo! Eu acho que os congressistas nacionais não podem permitir isso.

Concedo aparte ao Deputado Oswaldo Trevisan.

O Sr. Oswaldo Trevisan (aparte) - Nobre Deputado Erondy Silvério, vejo que Vossa Excelência frequenta pouco a Tribuna. Mas, nas poucas vezes em que Vossa Excelência vem à Tribuna, Vossa Excelência aí vai com todo o peso da sua experiência, da sua competência e do seu conhecimento.

E, ao falar, hoje, sobre o aumento das alíquotas para o imposto de renda, que o Ministro da Fazenda pretende impor aos brasileiros, sacrificando notadamente a classe trabalhadora, Vossa Excelência diz a que veio a esta Casa. E ao comentar sobre tributo, sobre imposto, Vossa Excelência também explica o que é ajuste fiscal. É exatamente o que diz Vossa Excelência: é o equilíbrio entre a receita e a despesa. E dentro do ajuste fiscal está embutido o chamado ajuste tributário, que muita gente confunde e não conhece esta distinção. E o ajuste fiscal, nobre Deputado, como bem lembra Vossa Excelência, ele é obtido ou se de um lado se aumenta a receita ou se diminui a despesa. E, neste País, nós já temos uma quantidade de impostos bastante e que também em termos de alíquotas, ela já está de acordo com a vivência histórica, adequada à nossa realidade. O que se precisa é combater a sone-

gação que existe neste País. Combatendo a sonegação o Ministro vai ter o aumento da sua Receita sem precisar sacrificar a classe trabalhadora.

Mas aproveitando o embalo, nobre Deputado, quando Vossa Excelência fala em ajuste fiscal e neste País se confunde muito também ajuste fiscal e ajuste monetário que são coisas diferentes. Ajustes de dinheiro em circulação e a quantidade de bens e serviços produzidos pela economia. Esta é a chamada Teoria Quantitativa da Moeda que se estuda em Economia. Quanto mais moeda se emite, sem aumentar a produção, nós estamos aumentando a inflação também.

Mas vejo que Vossa Excelência traz aí também conhecimento de imposto. Em questão de imposto nós temos que cobrar imposto, em Direito Tributário existe a chamada capacidade contributiva do contribuinte. Então nós devemos cobrar de quem tem capacidade econômica, de quem pode pagar e não de quem não tem como pagar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não interrompendo Vossa Excelência, Vossa Excelência também mostra ser um profundo conhecedor de política monetária e econômica. Exatamente a capacidade contributiva. Então seria o escalonamento de alíquotas de acordo com os lucros, porque não se pode taxar indistintamente com uma alíquota só os grandes lucros e o pequeno lucro. Então é o que se faz, por exemplo,... (TERMINO DO TEMPO).

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Vossa Excelência pode usar o horário do Partido Liberal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado. O que se faz no Canadá porque a gente sempre cita Estados Unidos, mas o que se faz no Canadá, o que se faz, o que está se fazendo no México agora, lucro até 100 milhões uma alíquota; lucro de 100 a 500 milhões outra alíquota e isso é tatear a capacidade de cada empresa em poder exatamente atender as exigências do Fisco. Mas aqui no Brasil não. Pelo lobby montado no Congresso Nacional, que veja, por exemplo, seguros, 20% dos congressistas são eleitos pelas companhias de seguro, mais 20% pelas empreiteiras. Então é o lobby que existe dentro do próprio Congresso Nacional que impede que se implante uma política de acordo com a capacidade tributária de cada cidadão, de cada corporação, de cada empresa e jamais onerar a remuneração pelo trabalho.

A remuneração pelo trabalho tem que ter incentivo de Governo e jamais um confisco como se pretende fazer com os assalariados neste País. Eu devolvo o aparte a

O Sr. Oswaldo Trevisan - (Aparte).

Eu vejo que Vossa Excelência coloca bem a questão e na verdade há aqueles tributos que devem ser cobrados da atividade especulativa.

Esse pode ser mais alto, mais elevado. Agora, aqueles tributos em cima do trabalho do assalariado estes tem que ser mais modestos, não podem sacrificar o trabalhador.

Mas, nobre Deputado, Vossa Excelência falou na recessão e lembrou de uma das mais bem sucedidas experiências de combate a recessão, já que falou no New Deal, de Roosevelt, eu me permito trazer a Vossa Excelência a experiência aplicada por Roosevelt.

Foi o momento em que o mundo todo vivia a grande crise posterior em seguida a 1929 e se debatiam os governantes, os homens, os líderes do mundo em busca de uma solução porque era um fato novo que surgia na economia. E diversos economistas trouxeram ali as suas soluções. E apareceu um cidadão chamado John Maynard Keynes, que posteriormente escreveu o seu grande livro que revolucionou a economia, a Teoria Geral do Emprego, do juro e do dinheiro.

Esse livro veio no mundo todo em 1936.

Mas ele dizia aos governantes: Vocês têm que, para combater a inflação, nós temos que dar emprego para todo o mundo. Mas diziam os governos: este homem é louco, como dar emprego para todo o mundo se não temos onde trabalhar! Ele dizia: o importante é que no final do mês o trabalhador receba o salário, nem que seja para ficar abrindo valeta de manhã e fechando à tarde. Porque no final do mês o trabalhador recebendo um salário, ele vai ao comércio fazer suas compras. O comércio, por sua vez, compra da indústria e da agricultura e o Governo arrecada os seus tributos e se restabelece o ciclo da economia. Ou seja, Keynes revolucionou o princípio da economia que até então partia da produção para o consumo. De Keynes para cá, ela partiu do consumo para a produção. E foi a melhor receita de combate à recessão até hoje mostrada ao mundo.

Cumprimento V. Exa. por trazer assuntos assim da mais alta importância mas, por final me permita também o Deputado Colombino, ele culpou o Governo do Estado, vou defender...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não. Não foi ao Governo do Estado.

Foi uma tese sobre a redução de impostos para servir de incentivo às atividades econômicas.

O Sr. Colombino Grassano - Hoje o ICMS su-

biu no Paraná, porque a TELEPAR subiu as tarifas em 36,99%.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - E o ICMS sobre os combustíveis caiu na Justiça.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Mas quero fundamentar a minha resposta ao Deputado. Porque os agentes econômicos se compõem dos empresários, trabalhadores e Governo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - É cultura inflacionária. O produtor recebe os benefícios do Estado mas não repassa os seus produtos. Como fez a indústria automobilística agora, fez e está fazendo, não repassa os seus produtos.

O Sr. Oswaldo Trevisan - É que se reconheça que o Governo fez sua parte. Agora, os outros agentes econômicos precisam também fazer. No mais, cumprimento V. Exa. por mais este pronunciamento que engrandece esta Assembléia Legislativa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agradeço V. Exa. e o aparte de V. Exa. e do nobre Colombino Grassano valeram por um pronunciamento paralelo. Vossa Excelência demonstrou ter conhecimento de economia. Inclusive desde o tempo de Roosevelt, Keynes, do "New Deal", são velhas fórmulas que podem ser adotadas no presente. E que o Governo caminha pelo lado simplista, eleva tributos. E engolimos calados. No instante em que toda a Nação protestar e reagir, o Governo tem que mudar, porque a voz do povo, - todo mundo já disse, o poeta disse, é um provérbio nosso, a voz do povo é a voz de Deus. Mas se esta voz ficar calada, nem Deus ajuda. Esta é que é a verdade.

Gostaria de complementar a leitura do requerimento:

Em vez de pretender aumentar impostos, o Governo brasileiro deveria proceder como o Presidente Franklin Roosevelt, que lançou o "New Deal" para recuperar os Estados Unidos, então mergulhados na severa depressão do início da década de 30; ou o Presidente Ronald Reagan, que cortou impostos recentemente para reativar a economia.

Aqui, ao contrário, desestimula-se quem produz, porque ninguém irá investir ou produzir mais, se tiver que pagar até um terço dos seus ganhos em imposto de renda. E o que é pior é o confisco da remuneração de quem trabalha, pois a equipe econômica do governo, no seu simplismo, ou na sua safadeza, vamos dizer, confunde salários com renda, taxando-os em 35% ao mês. E mesmo o que sobrou do pacote - redução dos prazos de recolhimento de impostos, isso é uma barbaridade! Isso é con-

fisco também - redução dos prazos numa economia que tem uma inflação de 1.3, 1.4 ao dia, antecipa-se o recolhimento de tributos. Também é confisco. Elevação do IOF e outros casuísmos que a equipe econômica do governo inventa, representa ainda um escapismo perigoso, porque equivale a um intolerável confisco, já que a nossa carga tributária excede o razoável e é muito superior a de países semelhantes.

Enquanto isso os monopólios das estatais, o gigantesco e vagaroso aparelho do Estado, as mordomias e a corrupção geradas pela distorção do nosso modelo político, tudo isso continua sugando as energias nacionais.

Requeiro à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de cópia deste requerimento, se possível, com os respectivos apartes, à Bancada do Paraná na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PDT, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem ouvimos aqui uma manifestação desta tribuna por parte do companheiro Djalma de Almeida César em relação à situação segurança no Estado do Paraná.

Sem dúvida, é algo que merece a preocupação de todos nós. Podemos dizer, até através do Município de Ivaiporã, que, de fato, a situação é caótica, porque também lá a comunidade teve que assumir parte da segurança, dar combustível às viaturas, senão, segurança não havia, como não há. O roubo e a falta de pessoal está desenfreada naquela Secretaria que vimos aqui já, manifestação de parlamentares a exemplo do companheiro Djalma e de outros parlamentares a respeito desse assunto que traz, de fato, uma preocupação muito grande em termos de Estado do Paraná. Exemplos recentes, talvez seja a falta de pessoal. Tivemos episódios como o de Campo Bonito, quando lavradores sem terra e policiais militares foram mortos. Recentemente também tivemos problemas com o protesto dos estudantes. Tivemos um problema e isso já em 88, quando do movimento dos professores do Paraná, quando aqui diante da praça pública foram atingidos de forma violenta.

Então esse processo que hoje paira sobre Secretaria de Segurança Pública, não é de hoje. Vem se avolumando a partir do momento em que o Governo do PMDB tem assumido o poder.

Também em relação à greve dos portuários, que não é novidade, primeiramente o militar ocupou o Porto. Segundo, o Governador foi àquele Porto dar apoio à greve dos portuários. Então é alguma coisa que está havendo ou apenas ficando no

problema de palanque: é a realização somente pelo discurso. É, sem dúvida, essa dubiedade administrativa, esse comportamento pendular que resultou no fato de somente em menos de 3 anos termos tido dois diretores de DETRAN, dois Comandantes de Corpo de Bombeiros, dois Delegados Gerais da Polícia Civil além de dezenas de pedidos de reformas e aposentadorias de oficiais superiores e delegados de polícia, desiludidos com a perda de rumos daquela Secretaria. Não bastasse a deteriorização dos quadros técnicos, hoje desprestigiados e com salários totalmente defasados, estamos assistindo naquela Secretaria também, a questão do nepotismo que não há necessidade de frisarmos aqui; ao invés de se pegar os profissionais competentes e conhecedores da área, pratica-se como é comum nesse governo, a questão do nepotismo não só no Executivo, não só no Palácio Iguaçu, mas também na Secretaria de Segurança e acredito até que isso tudo tenha se dado devido ao fato do distanciamento onde se procura criticar Parlamentares do Estado que aqui estão por mandato conseguido através do eleitor paranaense e recentemente voltamos a frisar o ataque ao ilustre Deputado Djalma de Almeida César, que pela sua conduta merece a consideração de seus pares, e como ficou manifestado ontem aqui nesta Casa o respeito que seus pares têm pelo trabalho exercido aqui. Nós não podemos concordar que confundir campanha eleitoral com a administração de uma das pastas mais sensíveis do Estado só pode resultar no que hoje se constata: quebra de estabilidade, baixa de moral nas instituições permanentes, desgaste do poder público e ausência de credibilidade a resultantes imediatas, e aí está a olhos vistos. As polícias encontram-se desaparelhadas, as recentes aquisições de viaturas apenas repõem parte das frotas já sucateadas. Os efetivos encontram-se absolutamente defasados, a Polícia Militar necessita, imediatamente, de mais de três mil homens neste Estado, segundo dados da área de planejamento. A Polícia Civil conta com efetivo de apenas três mil e duzentos homens, incluindo-se, aí uns recentes nomeados, os mesmos efetivos de vinte anos atrás. Mais de dois mil cargos encontram-se vagos, pois o efetivo previsto é de cinco mil, trezentos e oitenta cargos, que mesmo que fosse integralmente preenchidos não seriam suficiente para o atendimento mínimo a todos os municípios do Estado, para se ter cadeia. Como exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul com a mesma população do Estado do Paraná conta hoje com aproximadamente cerca de 7.500 policiais civis.

Creio que a questão também está no fato desses números em relação ao sistema de segurança hoje do Paraná. Hoje mais de du-

zentos municípios do Paraná encontram-se sem nenhum policial civil designado, sem delegado, sem investigadores e sem escrivães, é o caos absoluto, presos cuidando de presos, cidadãos leigos sem nenhum treinamento encarregados da feitura de inquéritos e de zelar pela tranquilidade dos municípios. Por esses e outros motivos é que se, recorrermos aos olhos pelos jornais mais recentes vamos encontrar o caos retratado, os módulos policiais desativados, o fim de um sistema de segurança totalmente falido, cadeias superlotadas, presos em condições subumanas, fugas diárias, arbitrariedades e torturas denunciadas como cotidiano das delegacias e quartéis: assaltos de mais de um milhão de dólares a cooperativas, desovas de cadáveres na região metropolitana, policiais responsáveis por execuções impunes, alguns até prestigiados e ocupando cargos relevantes, escolas com aulas suspensas por medo de bandidos, delegacias fechadas por falta de estrutura, arrastões realizados em bairros de Curitiba com invasões de residências e até de igrejas como ocorreu recentemente no Bairro de São Braz. Enfim, há situações de absoluto desalento. De nada adiantando o lançamento de novos modelos de policiamento, sem chegarmos a conclusão e sem efetivamente nos preocuparmos em acharmos o solucionador. Hoje promotores pretendem confiscar o ICMS para garantir segurança mínima como está sendo o caso de Santa Mariana, município deste Estado. Em Curitiba no centro da cidade vigilantes improvisados sobem em escadas colocadas nas ruas para vigiar pedestres, no Largo da Ordem estão os vigilantes dos apitos, nos bairros pequenas mercearias atendem por entre grades, na Rua das Flores uma milícia de desocupados cobram a taxa mensal de proteção. Enfim, aqui, nós estamos vendo o caos, o quadro de abandono.

Ficamos em cima desta questão, Senhores Deputados, bastante estarecidos com a última informação que chega no nosso gabinete. Isto é muito sério, isto precisa ficar registrado.

Há pouco mais, dentro de quinze dias, houve um crime diante do Colégio Estadual Emília de Menezes...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que o horário da Liderança do PDT está terminado e lhe concede um minuto para concluir.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço.

O diretor daquele colégio procurou ajuda devido àquele homicídio em frente à escola. Ele deu entrevista dizendo sobre o seu contato com 13º batalhão que alegou ao diretor que não tinha como fazer patrulhas pelo fato de não ter condições de fazê-la.

Em seguida acontece esse crime bárbaro. O mais grave disso tudo é que chegou ao nosso gabinete hoje que, pelo fato de o diretor ter dado entrevista ao canal de televisão, esse diretor foi suspenso por mais de quinze dias por ter falado a respeito do caos em que se encontrava a sua escola.

Pediria até a um companheiro Deputado que me ajudasse aqui. Companheiro Zuk, por gentileza.

Gostaria que essa Casa registrasse porque isso são alguns dados ao nível da imprensa do Paraná, isto tem que ficar registrado. São alguns dados que, diariamente, falam sobre o processo de segurança nesse Estado. Isto aqui são alguns documentos que a imprensa do Paraná tem colocado diariamente nos jornais a respeito da segurança.

O processo hoje não está apenas ao nível de Curitiba, está ao nível dos pequenos e médios municípios do Estado.

Então, isto aqui é só para se ter uma base de que não se pode criticar este parlamento, como também não pode criticar a omissão da imprensa deste Estado em relação ao processo de insegurança que vive hoje o Estado do Paraná.

Então, esta realidade precisa ser cobrada. Alguém precisa ser responsabilizado e com certeza não é o povo que paga os seus impostos, com certeza não é a punição de um diretor porque deu entrevista dizendo que cobrou da Secretaria, que cobrou do batalhão a segurança da sua escola.

Então, nós queremos deixar aqui registrado esta preocupação. A imprensa está denunciando.

O Deputado Djalma ontem trouxe os problemas. O problema continua. Será que o problema é criado pelo povo do Paraná ou por esta Casa?

Então, isto aqui precisa ficar registrado. A insegurança existe.

Quem vai responder por esta situação em que vive o povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

No dia de ontem nós já abordamos a crise política que está ocorrendo no Congresso Nacional em razão da CPI do Orçamento.

Existe hoje uma unanimidade nacional no sentido de que a CPI do orçamento tem um papel fundamental para resgatar a credibilidade da classe política brasileira e, principalmente, tem um papel fundamen-

tal para consolidação positiva pelo fim da impunidade contra a corrupção neste País.

Todavia, as notícias que estão chegando de Brasília, no dia de ontem e no dia de hoje, nos levam a uma profunda preocupação. Levam-nos a uma preocupação, porque grandes lideranças, principalmente dos Partidos conservadores atingidos e envolvidos pelas denúncias que fazem parte da CPI do orçamento no Congresso Nacional, estão tentando deliberadamente esvaziar e reduzir ao máximo os trabalhos de apuração desta CPI.

Já existe um movimento com o objetivo de impedir que a CPI do Congresso Nacional lance os olhos sobre a movimentação bancária de todos os acusados e impedir que a CPI tenha acesso às contas telefônicas dos Deputados, das empreiteiras e dos representantes do Poder Executivo, envolvidos no escândalo do orçamento.

Digo isto porque, hoje, é público e notório que a CPI que culminou com o impedimento do Presidente Collor, somente teve a possibilidade de chegar aonde chegou porque teve acesso às contas bancárias dos envolvidos, teve acesso às contas telefônicas.

Concedo aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Estou acompanhando o discurso de V. Exa., que é uma seqüência de outros pronunciamentos feitos nesta Casa, manifestando a preocupação de nós todos.

Todos temos esta preocupação e também queremos que o Poder Legislativo, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná não fique omissa e que também entre nos trilhos verdadeiros.

Mas, quero comunicar a V. Exa. uma notícia muito importante, porque V. Exa. iniciou o seu discurso dizendo que os grandes partidos estariam impedindo o acesso às contas telefônicas e às contas bancárias. Devo comunicar a V. Exa. a notícia acaba de chegar de Brasília, de que os grandes partidos, agora, deliberaram abrir e permitir que sejam devassadas todas as contas de bancos, de telefones, de todos os Parlamentares envolvidos neste grande escândalo nacional.

Agora, queria acrescentar mais a Vossa Excelência. Vossa Excelência fala muito em partidos conservadores e em Deputados conservadores. Também estão indicados neste processo de corrupção do orçamento, vários Deputados do PSB, que é um Partido de esquerda. Um, dois ou três, passa a ser um e também não são só os conservadores, também os militantes de esquerda se fazem representar na corrupção do Congresso Nacional.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de

V. Exa.. É óbvio que temos pessoas corruptas em praticamente todos os Partidos. Existe gente séria em partidos conservadores. O próprio Presidente da CPI, aparentemente vem-se conduzindo bem, Senador Jarbas Passarinho, que é do PPR, do mesmo Partido principal envolvido, que é João Alves.

Quando digo "movimento partidário" é no sentido de que algumas legendas, grandes legendas, pela expressão das figuras que integram estas legendas, serão obviamente mais atingidas com uma apuração a fundo desta questão. Isso, não há como se negar. O PSB, ao que me consta, é um Deputado isolado. E acredito que o próprio Partido deverá tomar uma medida, no sentido de expulsá-lo, se comprovado o envolvimento, do mesmo modo que o PFL, parece-me, já manifesta esta opinião, o próprio PPR.

Entendo que a questão fundamental que hoje se coloca em Brasília, é que nós aparentemente na Assembleia Legislativa, poderemos não estar diretamente interessados. Mas, a avaliação que faço é que os desdobramentos da CPI do Congresso Nacional vão atingir os Parlamentares, em geral, neste País. Se houver, efetivamente a possibilidade, se se consumir a tentativa de se esvaziar, de se restringir a apuração desta CPI do Orçamento, que ela não venha a dar à opinião pública uma satisfação ampla no sentido da apuração e da punição de todos os envolvidos, haverá, com certeza, uma frustração geral que irá se refletir, inclusive, com muita gravidade sobre a própria sobrevivência do regime democrático. E já tivemos um indício disso muito forte nas eleições de novembro. Sabem aqui os Srs. Deputados Estaduais que hoje representamos 35% do eleitorado do Paraná. Os outros 65% se constituíram nos eleitores que se abstiveram de votar, os eleitores que anularam o seu voto ou que votaram em branco. Tanto para o Parlamento Estadual como para o Parlamento Federal.

Se houver por parte da CPI do Orçamento no Congresso Nacional essa tentativa de restringir a apuração e a punição se restringir também, apenas, ao Deputado João Alves - porque aqui todos sabemos que o Deputado João Alves não agia sozinho nem tinha condições materiais de agir, por isso a questão da quebra do sigilo bancário é fundamental para que possamos, do ponto de vista jurídico, materializar o delito, comprovar aonde está o fluxo do dinheiro resultante da corrupção. Agora V. Exa. se manifestou sobre posições partidárias.

É fundamental que a posição do PMDB, do PFL, do PTB, de todos os partidos, que ela encontre ressonância nos respectivos membros que estão na Comissão e que são eles, em última análise, em última instância que irão deliberar sobre essa matê-

ria. De forma que é importante que esse Parlamento se posicione, é importante que a Assembléia fique atenta a essas questões, que a Assembléia do Paraná também aja em sintonia com o clamor que hoje emana do povo brasileiro para que tenhamos, amanhã, condições de auxiliar a resgatar a credibilidade da classe política e em especial dos Parlamentares. Para que amanhã tenhamos condições morais, concretas de irmos às ruas no ano que vem pedir novamente o apoio e a confiança do eleitorado do nosso Estado.

Era isso, muito obrigado.

O SR. EDSON SILVA LINO - (Pela Ordem) - Só quero registrar a presença do Prefeito de Mauá da Serra - Inácio Mendes Filho.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está devidamente registrado.

Findo o Horário das Lideranças passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 107/93, subscrito pelo Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27 do corrente mês, em função de viagens ao Município de Paranaguá a serviço da Comissão Especial para averiguação da Situação do Porto de Paranaguá. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, com apoio dos Srs. Deputados Renato Adur e Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a inversão para discussão e votação da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Srs. Deputados Ademar Traiano, Nilton Barbosa, Lourenço Fregonese e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 618/93, 617/93, 616/93, 613/93, 586/93 e 585/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado,

passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia da presente sessão.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 618/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que reajusta as tabelas de vencimentos dos Funcionários do Quadro do Pessoal do Tribunal de Contas, em outubro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ no D.A. nº 145, Of. nº 1790, de 20.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 618/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade reajustar tabelas de vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 618/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas, tem por finalidade reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, em outubro de 1993.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 617/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que reajusta os níveis de vencimento básico mensal de cargo de Procurador Geral e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos auditores, em outubro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 145, Of. nº 1789, de 20.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 617/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade reajustar os níveis de vencimen-

to mensal do cargo de Procurador Geral, Procurador do Estado junto ao Tribunal e dos Auditores.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 617/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade reajustar os níveis de vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em outubro de 1993.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(a) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 616/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que reajusta a partir de 1° de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. Aprovado. (Publ no D.A. n° 145, Of. n° 683, de 20.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 616/93

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Justiça, o Projeto de Lei n° 616/93, tem por finalidade reajustar, a partir de 1° de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências conforme especifica.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NÍLTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 616/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por finalidade reajustar a partir de 1° de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 613/93, de autoria do Poder Executivo Mensagem n° 72/93. Reajusta, a partir de 1° de outubro de 1993, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares e os salários do pessoal contratado, da administração direta e autárquica do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J e C.F.. (Publ no D.A. n° 144, de 19.10.93 Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 613/93

P A R E C E R:

Objetiva o presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 72/93, reajustar a partir de 1° de outubro de 1993, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 613/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 72/93, tem por finalidade reajustar, a partir de 1°.10.93, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares e os salários do pessoal contratado, da Administração Direta e Autarquica do Poder Executivo.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

Aprovado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas para que Vossa Excelência e a Casa que acabam de votar em 1.^a discussão esses projetos com preferência de votação, requerido pelo Deputado Colombino que não vemos aqui o projeto de resolução que fixa os salários dos funcionários da Assembléia Legislativa. E nós sabemos que, de acordo com a isonomia salarial proposta pelo Governo e aprovada por esta Casa, e considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, nós poderíamos obedecer esta isonomia, porque tem sido respeitada a isonomia entre todos os Poderes, menos na Assembléia Legislativa. Nós sabemos de funcionários que estão ganhando menos do que um salário mínimo, isto foi dito e é escrito na Mensagem Governamental que é de 16 mil e poucos cruzeiros.

Então, eu pediria a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que tem por obrigação zelar pelos nossos funcionários, pelos seus Deputados, pelo nosso Poder, que quando encaminhasse em segunda votação esses projetos nós tivéssemos o projeto de resolução assinado pela Comissão Executiva e por todos os Srs. Deputados para que corresse juntamente com as outras votações projetos de aumento dos outros Poderes para que os nossos funcionários que aqui trabalham, que vêem nós votarmos os projetos dos seus colegas dos outros Poderes e não vêem a sua tabela sendo votada pelos seus companheiros, pelos seus Deputados amigos.

Faço um apelo a Vossa Excelência, faço um apelo aos Srs. Deputados para que amanhã, ao votarmos em segunda discussão estes projetos, possamos votar também em 1.^a discussão o projeto de resolução com a tabela para os funcionários deste Poder.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Antonio Annibelli, cumpre a esta Presidência dar ciência ao Plenário, evidentemente, já que há uma questão de Ordem formulada por Vossa Excelência, de que estamos votando hoje o ajuste salarial dos Servidores do Poder Executivo para o mês de outubro, cujo índice sabemos que é de 30%.

Esta Presidência mais a 1.^a e a 2.^a Secretarias, já baixou Ato da Comissão e

isto já consta do contracheque que foi entregue aos senhores servidores desta Casa e também daquilo que já foi creditado em conta corrente de cada um, o ajuste salarial dos servidores da Assembléia Legislativa, dos cargos comissionados, enfim, de todos aqueles que prestam serviços a este Poder e aos gabinetes parlamentares, onde o ajuste promovido neste mês de outubro foi em níveis percentuais superior, inclusive, aos 30% que o Governo do Estado está dando para os servidores do Poder Executivo.

E tem procurado, esta Presidência, ao lado do 1º Secretário, do 2º Secretário e dos Senhores Deputados que sempre nos procuram para discutir este assunto, temos procurado em todos os ajustes salariais sempre que possível darmos alguma coisa em termos percentuais, a mais, daquilo que vem dando o Poder Executivo, para que possamos num tempo que esperamos não seja tão longo, atingirmos realmente a isonomia tão esperada pelos servidores desta Casa.

Nós acreditamos que brevemente nós estaremos chegando a esse nível.

Então, eu faço esclarecimento ao Plenário, inclusive solicitamos à nossa assessoria que promova um levantamento dos ajustes que foram dados pelo Poder Executivo, pelo Poder Legislativo e Poder Judiciário, para vermos o quanto estamos à frente ou o quanto estamos atrás, em termos de ajuste salarial dos servidores desta Casa.

Mas a intenção, dentro daquilo que nos é permitido pelo Orçamento e que temos seguido rigorosamente em não ultrapassar os 2% que cabe a este Poder Legislativo, mas temos procurado, a exemplo do que fizemos neste mês dar um percentual maior inclusive do que o Poder Executivo para que a diferença ainda existente entre os servidores deste Poder, do Executivo e do Judiciário diminua a cada mês.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 586/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do cargo Isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão, funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..
Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 586/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo Isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ati-

vos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Ficam, também, reajustados os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3º - Ficam, ainda, reajustados os valores da Gratificação de que trata o Decreto nº 2.966, de 24 de julho de 1980, para Cr\$ 2.449,10 (dois mil, quatrocentos e quarenta e nove cruzeiros reais, dez centavos), o valor da Gratificação de produtividade, para Cr\$ 789,73 (setecentos e oitenta e nove cruzeiros reais, setenta e três centavos) e o valor do Salário Família, por dependente legal, para Cr\$ 101,54 (cento e um cruzeiros reais, cinquenta e

quatro centavos).

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1993.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em Comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 1º de setembro de 1993.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

MÊS: SETEMBRO/93

| NÍVEL | REFERÊNCIAS | | | |
|-------|-------------|-----------|-----------|-----------|
| | I | II | III | IV |
| 1 | 50.814,57 | 51.338,43 | 51.862,29 | 52.386,15 |
| 2 | 36.758,25 | 37.137,20 | 37.516,15 | 37.895,10 |
| 3 | 35.242,44 | 35.621,39 | 36.000,35 | 36.379,30 |
| 4 | 33.726,64 | 34.105,59 | 34.484,54 | 34.863,49 |
| 5 | 32.210,84 | 32.589,79 | 32.968,74 | 33.347,69 |
| 6 | 30.695,03 | 31.073,98 | 31.452,93 | 31.831,88 |
| 7 | 29.179,23 | 29.558,18 | 29.937,13 | 30.316,08 |
| 8 | 27.663,42 | 28.042,37 | 28.421,33 | 28.800,28 |
| 9 | 26.147,62 | 26.526,57 | 26.905,52 | 27.284,47 |
| 10 | 24.631,82 | 25.010,77 | 25.389,72 | 25.768,67 |
| 11 | 23.116,01 | 23.494,96 | 23.873,91 | 24.252,86 |

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

| | |
|---------------|-----------|
| SÍMBOLO DAS-1 | 44.024,06 |
| SÍMBOLO DAS-2 | 38.854,78 |
| SÍMBOLO DAS-3 | 36.212,15 |
| SÍMBOLO DAS-4 | 30.964,76 |
| SÍMBOLO DAS-5 | 28.319,82 |

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

| | |
|-------------------|-----------|
| SÍMBOLO 1-C | 18.275,96 |
| SÍMBOLO 2-C | 16.878,76 |
| SÍMBOLO 3-C | 15.580,90 |

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

| | |
|-------------------|----------|
| SÍMBOLO 1-F | 1.068,79 |
| SÍMBOLO 2-F | 907,29 |
| SÍMBOLO 3-F | 800,06 |
| SÍMBOLO 4-F | 642,21 |
| SÍMBOLO 5-F | 586,91 |
| SÍMBOLO 6-F | 479,10 |
| SÍMBOLO 7-F | 372,02 |

III e IV

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 586/93**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, em setembro de 1993.

Analisando a proposição, no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOAO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 586/93**P A R E C E R:**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por finalidade reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, em setembro de 1993.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 585/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que reajusta os níveis dos vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, ativos e inativos, ficam reajustados em 20% (vinte por cento), a partir de 1° de setembro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 585/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**D E C R E T A:**

Art. 1° - Os níveis de vencimentos do Procurador Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, ativos e inativos, ficam reajustados em 20% (vinte por cento), a partir de 1° de setembro de 1993.

Art. 2° - As despesas da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as demais disposições constantes da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Sala das Sessões, em 06.10.93.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 585/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal e dos Auditores, em setembro de 1.993.

Analisando a proposição, no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 585/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas - Of. 11444/93, tem por finalidade reajustar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em setembro de 1.993.

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia, passaremos ao restante da matéria.

DISCUSSÃO ÚNICA - Projeto de Decreto Legislativo nº 002/93, de autoria da Comissão Executiva - Mensagem nº 071/93, que autoriza o Governador do Estado, a ausentar-se do País, no período compreendido entre 08 a 21 de novembro próximo, com destino à Itália. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 18.10.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/93

P A R E C E R:

Oriundo da Comissão Executiva, chega a esta Comissão a Mensagem nº 071/93, que autoriza o Governador do Estado, Dr. Roberto Requilão a ausentar-se do País, no período compreendido entre 08 a 21 de novembro próximo, conforme especifica.

Analisando o pedido, em conformidade

com o Art. 225, do Regimento Interno desta Casa, inexistente qualquer impedimento à tramitação do presente.

Por esta razão, opinamos favoravelmente a tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 587/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 66/93. Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD, até o valor de US\$ 130.000.000,00 para financiamento do Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 139, de 06.10.93. Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 587/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 66/93, o Projeto de Lei nº 587/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD, até o valor de US\$ 130.000.000,00, para financiamento do "Projeto Qualidade do Ensino Público do Paraná".

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 587/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 66/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, junto ao BIRD, até o valor de US\$ 130.000.000,00, para financiamento do "Projeto de Qualidade do Ensino Público do Paraná".

No âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES MOURA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa,

constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões. Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não há um requerimento solicitando o adiamento da votação?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento de autoria do Deputado Nilton Barbosa pede o adiamento do projeto após aprovado em 1.^a Discussão.
Em discussão. Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Pergunto a Vossa Excelência se num projeto desta natureza não haveria necessidade de Parecer da Comissão de Educação desta Casa, que apenas contém aqui Comissão de Justiça e Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Diante do requerimento que temos de autoria do Deputado Nilton Barbosa, o projeto aprovado na sua legalidade, na sua constitucionalidade, será retirado por cinco sessões e determinaremos que o mesmo tramite também pela Comissão de Educação para receber o competente parecer.

O SR. NILTON BARBOSA (Para Encaminhar) - O nosso requerimento é baseado na discussão que tivemos ontem na CCJ com o Secretário de Educação, Elias Abrahão. A intenção inicial era de retirarmos por dez sessões, dado aos feriados que temos em novembro, achamos por bem, após discussões com lideranças de outros partidos, de pedirmos a retirada por 5 sessões. E me encargo de, esgotadas as discussões da participação dos diversos partidos que compõem esta Casa, posso até entrar com o pedido de reinclusão na pauta da Ordem do Dia até mesmo antes das cinco sessões.

Desde que esgotadas as discussões para que não o pedido de empréstimos de 130 milhões, mas que o projeto que nos foi enviado a esta Casa seja, discutido e que atenda a demanda de todo o Estado, e não de determinadas regiões, como vimos no Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Solicitaria de Vossa Excelência a informação ao Plenário se este projeto seria retirado por 5 sessões e se neste período, sendo ouvida a Comissão de Educação, ele voltaria imediatamente, ou só depois de ouvida a referida Comissão aguardar-se-ia as 5 sessões para ser colocado na Ordem do Dia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente. Antes que Vossa Excelência responda a questão de Ordem formulada pelo Deputado Colombino Grassano.

O que temos que levar em consideração e analisar com muita presteza, com muita eficiência, que é o papel do Poder Legislativo, é a mensagem do Governo, que não tem nada com o plano lido ontem pelo Secretário, aquele sim passível de estudos por parte desta Assembléia, para que ele atenda de maneira equânime todo o Estado do Paraná.

O que me parece, ontem o Deputado Toti Colaço já havia feito uma denúncia, o Deputado representante de Paranaguá, Fregoneze, também discordou de alguns aspectos do plano lido de uma maneira rápida pelo Sr. Secretário, é que aquele plano merece uma análise mais profunda por parte do Poder Legislativo. Mas não tem nada com a Mensagem do Governo.

A mensagem do Governo pode ser procrastinada, porque este dinheiro se não vier para o Paraná irá para outro estado e, talvez, para outro País. E sabemos que depende de autorização do Senado Federal para que se obtenha empréstimo em moeda estrangeira. O Senado fecha quinze de dezembro.

Então acho que não podemos procrastinar a apreciação da mensagem do Governo. Mas obter, através das lideranças, um compromisso do Sr. Governador, para que aquele plano onde será utilizado o empréstimo sofra uma análise mais profunda por parte do Poder Legislativo, inclusive por parte da Comissão de Educação.

A Comissão de Educação não tem nada a ver com esta mensagem do Governo. Talvez a Comissão de Finanças, mas de Educação não. Porque a mensagem do Governo não está solicitando autorização legislativa para aprovação de um plano educacional para o Paraná. Está apenas solicitando autorização legislativa para que se contraia empréstimos junto ao BIRD em moeda estrangeira.

Gostaria de fazer um apelo a esta Casa para que não procrastinasse a apreciação desta mensagem, para que não sejamos acusados amanhã de impedir financiamento para a melhoria da educação no Estado. Mas, "pari passu", o Sr. Líder do Governo, o Sr. Presidente e as demais lideranças, inclusive o Deputado Colombino Grassano, que é Líder de um partido, devem obter do Governador do Estado este compromisso, que a Casa aprecie, em detalhes, a aplicação do dinheiro.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Para completar a minha Questão de Ordem. Vossa Excelência pode verificar a preocupação que teve o Deputado Nilton

Barbosa para que essa Assembléia se conduza bem. É como ela está se conduzindo. Hoje estamos analisando, Sr. Deputado Erondy Silvério, estamos votando, deveremos votar a parte constitucional. Passou pela C.C.J. e teve a sua aprovação. Na parte constitucional nada há a opor quanto à mensagem governamental.

Agora o problema fica com a Comissão de Educação, onde o mérito será apreciado em toda a sua plenitude. Então estamos nos conduzindo de maneira racional, de maneira séria e responsável. Votando hoje a parte constitucional como foi aprovado na C.C.J.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Entendemos a preocupação do Deputado Colombino Grassano, da Deputada Emilia Belinati, mas também nos preocupa o posicionamento do Deputado Erondy Silvério.

Entendemos que o Paraná conquistou um grande objetivo, que é a locação desse empréstimo junto ao BIRD, no valor de 130 milhões de dólares.

O Estado do Paraná tem como contrapartida nesta primeira etapa, 88 milhões de dólares, que é o dinheiro que virá também do BIRD. A diferença até os 130 milhões de dólares, a partir do momento em que o Estado conseguir alocar esses recursos, ele irá pleitear a contrapartida do BIRD para atingir os 130 milhões de dólares. O que o governo quer? Na realidade, com esta mensagem, é tão somente assegurar o valor de 130 milhões de dólares que vem do exterior para ser aplicado no maior problema que todo esse país tem, que é o setor da educação.

E há que se louvar o projeto, o estudo que vem sendo elaborado pela Secretaria da Educação e que foi ontem, brilhantemente apresentado por Sua Excelência o Secretário da Educação, Elias Abrahão; na C.C.J., a requerimento do Deputado Colombino Grassano e aqui quero me justificar e parabenizar o Deputado Colombino Grassano pela iniciativa de solicitar o comparecimento do Secretário Elias Abrahão, na C.C.J., no dia de ontem.

Portanto Sr. Presidente, estamos preocupados, como também está o Deputado Erondy Silvério, Presidente da C.C.J.. Se não aprovarmos a mensagem, corremos o risco de amanhã ou depois sermos responsabilizados pelo Paraná não conseguir obter esse empréstimo direcionado para a educação básica do Estado do Paraná, primeiro e segundo ciclo do 1º grau, e sermos amanhã, todos nós, responsabilizados por termos nos omitido, por termos postergado um projeto aqui nesta Casa que venha prejudicar a decisão da Câmara Federal, do Senado, uma vez que depende também de homologação federal para que venha esse dinheiro do exterior.

Portanto, queria aqui manifestar, por outro lado, a minha preocupação quanto ao conteúdo do projeto, quanto aos critérios, quanto à forma de elaboração desse projeto e isso nos preocupa e a mim me parece, como líder da Bancada, que nós também temos que ter esse cuidado, nós também temos que ter essa preocupação, porque de repente, é importante que essa Assembléia dê o seu referendo, o seu aval, num projeto de tamanha envergadura como é esse projeto da Secretaria da Educação.

Então, quero aqui me colocar à disposição, juntamente com os nossos companheiros de toda a Bancada de sustentação ao Governo, para conversarmos com S. Exa. o Governador do Estado, para que efetivamente o projeto educacional passe por esta Casa, seja debatido nesta Casa amplamente e que possa ser aprovado, contemplando todas as correntes que temos dentro desta Casa de Leis. Agora preocupa-me adiarmos a votação.

Queria fazer um apelo ao Deputado Nilton Barbosa, porque é perigosa essa iniciativa de adiarmos a votação, uma vez que é uma alocação de recursos do exterior e transparente para o Estado do Paraná para aplicação direcionada num projeto educacional de ensino básico no Paraná.

Queria fazer um apelo ao Deputado Nilton Barbosa para que votássemos hoje a mensagem e que assumíssemos um compromisso de conversarmos com o Governador para fazermos que o projeto, como um todo, tenha a aprovação desta, inclusive com toda disposição e discussão.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o pedido que nos faz o Deputado Renato Adur, Líder do PMDB e do Governo nesta Casa, é plenamente atendido. Vamos votar em primeira votação. O nosso requerimento é para que seja retirado da pauta em segunda votação, porque de nada adiantará aprovarmos a mensagem do Senhor Governador do Estado autorizando empréstimo de cento e trinta milhões de dólares para um projeto, sendo que o mesmo projeto ontem quando da discussão na Comissão de Constituição e Justiça, o Secretário nos dizia que já foi discutido por sete vezes. Até me causou estranheza o número sete porque, segundo os meus conterrâneos, sete é conta de mentiroso. Mas ele disse que tinha sido discutido por sete vezes e que tinha já esgotado a sua discussão junto ao BIRD.

Quando foi questionado pelo Deputado Colombino Grassano com relação à parte do programa a ser investido na parte de deficiência auditiva e visual, o Secretário nos dizia que o BIRD não permitiu.

Então, de nada adiantará aprovarmos

um empréstimo de cento e trinta milhões de dólares primeiro e, depois, discutirmos o projeto que o BIRD não aceita mais discussão.

Então, acho que não podemos colocar os carros na frente dos bois. Vamos discutir o projeto. Depois de discutido, vamos ver se interessa ao Paraná e então vamos buscar os cento e trinta milhões de dólares porque o BIRD vem emprestando dinheiro ao Paraná ao longo dos anos.

Sabe o Deputado Heinz quantos quilômetros de asfalto foi feito no Paraná com dinheiro do BIRD, quando outros Estados não tiraram? O programa Paraná-Rural é dinheiro emprestado.

Então, não nos preocupa o prazo, porque, se tivesse preocupação de prazo, o Governo tinha que saber que tínhamos agora feriado e a Assembleia vai entrar nesse período; segunda e terça não vai trabalhar.

Entendi perfeitamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a colocação do nosso companheiro Erondy Silvério, brilhante Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; acato e respeito a posição do Líder do Governo, Deputado Renato Adur.

Agora, não podemos passar o carro na frente dos bois. Temos que primeiro discutir o projeto, porque não adianta a autorização do dinheiro e, depois, acharmos que o Projeto não nos serve, não nos cabe.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência pretende esclarecer ao Plenário.

Estamos em fase de votação do Projeto nº 587/93.

A Mesa atendeu uma Questão de Ordem do Deputado Ernani Pudell que consultava a respeito de um requerimento do Deputado Nilton.

Existe o requerimento do Deputado Nilton que pede a retirada por cinco sessões, após apreciado o projeto em primeira discussão.

Então, são duas coisas distintas.

Queria chamar a atenção dos Senhores Deputados para isso.

Vamos votar o projeto e, no momento oportuno, iremos apreciar o requerimento do Deputado Nilton. Se for aprovado pelo Plenário, esta Presidência, evidentemente, não incluirá a matéria de segunda discussão na próxima sessão, apenas daqui a cinco sessões. Agora, se o requerimento for rejeitado, a matéria constará da Ordem do Dia da Sessão de amanhã.

Então, queria fazer esse esclarecimento ao Plenário para que não ficássemos encaminhando o requerimento, justificando o requerimento, quando estamos ainda em fase de votação do Projeto de Lei.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Vossa

Excelência tem razão. A votação do projeto não implica rejeição do projeto e vice-versa.

Agora, apenas para que se esclareça, definitivamente, à Casa, e eu não concordo aí com o nobre Deputado Colombino, apesar do brilhantismo com que sempre houve nesta Casa. Eu não concordo que o projeto tenha que ir à Comissão de Educação, nessa fase de votação.

Agora, o Sr. Líder do Governo poderia concordar com uma emenda supressiva que resolveria o problema. É a emenda supressiva ao inciso II, do artigo 4º. O resto não tem por onde esta Casa procrastinar a apreciação da mensagem que prejudicará efetivamente o ensino no Paraná.

Apenas se fará uma emenda supressiva e o Senhor Governador mandará, depois, uma mensagem dizendo o que quer e a Assembleia poderá, efetivamente, daí sim discutir o plano educacional.

O inciso diz: "Firmar acordos, convênios e contratos necessários à implementação do Projeto Qualidade de Ensino Público no Paraná, os municípios do Estado do Paraná".

Aí seria oportunidade de se discutir o Projeto qualidade de ensino público do Paraná em si. Aprova-se a mensagem do Governo suprimindo o Inciso 2º do Artigo 4º, é a solução.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 584/93, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Cecília, no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 584/93
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada como de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Jardim Cecília com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.09.93

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cecília e Boa Vista foi fundada no dia 14 de abril de 1984 e, desde então, vem desenvolvendo atividades com objetivo de lutar pelos interesses da comunidade, enfrentando as dificuldades encontradas nesses bairros carentes.

A entidade realiza programas benéficos com intuito de arrecadar fundos para ajudar as pessoas carentes nas horas mais difíceis. Também realiza programas recreativos, desportivos e de natureza social de um modo geral, visando proporcionar à comunidade momentos de fraternidade.

A Associação promove encontros e palestras que visam a auto-determinação do ser humano, através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Salienta-se, ainda, o trabalho de assistência social e atendimento aos moradores comprovadamente carentes que se encontram abandonados e sujeitos à fome.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, pela associação, nada mais justo do que seu reconhecimento como de Utilidade Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 584/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa declarar de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Bairro Jardim Cecília", com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

A referida entidade preenche as normas legais estabelecidas na Lei n° 6994, de 10.01.78, razão porque inexistia óbice de natureza regimental, legal e constitucional para seu encaminhamento.

Somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 583/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Fazenda Rio Grande, com sede e foro no Município de Fazenda Rio Grande-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 137, de 05.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 583/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei n° 583/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Fazenda Rio Grande, com sede e foro no Município da Fazenda Rio Grande.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende as exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Curitiba, quarta, em 27.10.93

1. DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 557/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila União Cristo Rei, com sede e foro na Cidade de Curitiba-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 131, de 28.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 557/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila União Cristo Rei, com sede e foro em Curitiba-Pr.

Do ponto de vista regimental e constitucional, nada existe que possa impedir a sua normal tramitação por este Poder Legislativo, estando dentro das normas estabelecidas pela Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, recebe portanto parecer favorável desta douta Comissão de Constituição e Justiça, para sua posterior aprovação pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 505/93, de autoria do Deputado Ovídio Constantino, que declara de Utilidade Pública o Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER, com sede na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 126, de 29.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 505/93

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Ovídio Constantino, o Projeto de Lei n° 505/93, visa declarar de Utilidade Pública o Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER, com sede nesta Capital, e tendo em vista que o mesmo atende as exigências contidas na Lei n° 6994/78, damos o nosso parecer favorável.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o referido projeto de lei, nada tem que impeça a sua normal tramitação, e posterior aprovação por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 504/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública o Club das Mães - Associação Beneficente de Faxinal.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado.
(Publ. no D.A. nº 126, de 20.09.93).

nº 015/92 de 19 de junho de 1992.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 504/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública o Club das Mães - Associação Beneficente de Faxinal, com sede e foro no Município de Faxinal, no Estado do Paraná.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, somos de parecer favorável, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 503/93, de autoria do Deputado Paulo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Faxinal, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 126, de 29.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 503/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Paulo Maia, o Projeto de Lei nº 503/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Faxinal, no Estado do Paraná.

Da análise do referido projeto, em razão de o mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSE ARTHUR RITTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Resolução nº 021/93, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, as contas de dotação de reembolso dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1992, regulamentada pela Resolução nº 015/92. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C..

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam aprovadas as prestações de contas da dotação de reembolso dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1992, regulamentadas pela Resolução

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.93

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

Apoio: Emilia Belinati, Ademar Traiano e Basílio Zanusso.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 46/93

P A R E C E R:

Em trâmite para análise por esta Comissão, conforme Ofício nº 03/CEAS/93, a Proposição nº 46/93, atendendo ao disposto na Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, encaminha a prestação de contas da dotação de reembolso dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1992.

Das informações contidas no relatório examinado, constatou-se que a Resolução nº 15/92, foi cumprida, não restando dúvidas quanto a exatidão dos itens examinados.

Tais fatos, levam este relator a emitir parecer favorável, à aprovação da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI - Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos registrar aqui algumas restrições que a Bancada do meu Partido faz com relação à votação das contas de reembolso dos Senhores Deputados. Por mais de uma vez o Partido tem manifestado a posição no sentido de que nós entendemos que é lícito e até necessário que os Senhores Deputados tenham condições de exercer o seu mandato. É necessário que o Poder Legislativo assegure as condições materiais para que todos os Deputados possam exercer com eficiência as funções a que foram destinados através de eleição. Entendemos que é lícito, sim, que o Deputado não tenha que arcar com seu salário com a conta do telefone do seu gabinete, que não tenham que arcar com as despesas de correio para envio de correspondência, de material informativo para o conjunto da população. É lícito, sim, que o Deputado tenha condições de se deslocar no Estado tendo suas despesas de viagens devidamente cobertas pelo Poder Legislativo.

Entendemos que isto faz parte dos meios necessários para o exercício do mandato, que nunca pode se confundir com a remuneração e com o salário que recebe o Deputado pelo mandato, então essa discussão e essa distinção é fundamental. Agora,

por mais de uma vez temos insistido com a Mesa Diretora da Assembléia no sentido de que há, no nosso entendimento, problemas com relação a forma como são feitos esses ressarcimentos.

Quando digo "pela forma", é que nós entendemos, por exemplo, que a sistemática ideal, onde o Deputado apresenta as notas e recebe o correspondente pagamento pelas despesas, não é jurídica e administrativa-mente a forma mais correta.

Cabe à Assembléia Legislativa do Paraná pagar as contas dos gabinetes sem que haja necessidade do Deputado pagar, com seu próprio dinheiro, e depois pedir o ressarcimento pelo Poder Legislativo. É possível a Assembléia estabelecer cópias de correio, é possível. Nós temos um serviço de postagem na Casa. É possível a Assembléia manter um departamento de aquisição de passagens, entregando ao Deputado não um numerário, não em dinheiro, mas sim a passagem. É possível nós estabelecermos um sistema semelhante às cotas de combustível a Liderança, sim.

Aproveito a oportunidade para fazer este registro porque nós estamos assistindo pelo Brasil todo, situações em que o Poder Legislativo tem sido colocado em posição delicada.

Muitas das questões que hoje, no nosso entendimento, como esta do reembolso, pode ser entendida de uma forma lícita, moral, ética, aceitável, ela pode ser confundida com uma vantagem, como remuneração, como uma mordomia ou até mesmo como uma imoralidade.

Por isso, há de se ter, no meu entendimento, um cuidado redobrado com relação à forma. E vou mais além, Srs. Deputados, eu acho até que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deveria tomar um posicionamento pioneiro, de vanguarda, com relação a esta situação, que nós procurássemos uma forma, jurídica e administrativa-mente mais correta de fazer este ressarcimento e que houvesse uma transparência absoluta nestas contas. Até sugiro que o Poder Legislativo deixasse estas contas à disposição da sociedade paranaense, por um determinado período, para que qualquer um pudesse questioná-la.

Então, cada Deputado, tendo sua prestação de contas individual, de livre acesso, através da Casa, a todas as pessoas do povo que quisessem fazê-lo.

Entendo com isso que estaríamos criando condições, no Paraná, para mostrar que é possível o Poder Legislativo utilizar recursos com absoluta transparência e de forma exemplar, porque hoje, do jeito que está a sistemática atual, não se sabe se todas as prestações de contas estão de acordo com estes princípios. E, aí bastará lançar-se dúvida sobre um Parlamentar, que

automaticamente isto poderá dissimular por todo o corpo do Poder Legislativo.

Agora, se tivermos a transparência assegurada por iniciativa da própria Casa, se tivermos modificado a sistemática do ressarcimento, Senhor Presidente, estaremos, no meu entendimento, dentro daquilo que hoje se busca a nível nacional.

Acho que o Poder Legislativo do Paraná não pode aguardar que amanhã alguém de fora venha aqui questionar a forma como é feito este reembolso e que possa até levantar dúvidas sobre a prestação de alguns dos Srs. Deputados.

Então, que tomemos a iniciativa, a dianteira neste processo e façamos isto de uma forma absolutamente transparente, porque eu me sinto absolutamente à vontade em receber os ressarcimentos e acho normal.

Agora, gostaria que estas prestações de contas fossem expostas à opinião pública, que houvesse esta clareza. E aí entendo que o Poder Legislativo do Paraná evitando ser, amanhã ou depois, alvo de suspeitas pelo uso, talvez não transparente destes recursos.

Então, Sr. Presidente, quero aqui registrar esta restrição que o Partido dos Trabalhadores faz.

Somos favoráveis a que o Deputado tenha meios para exercer o seu mandato, em sua plenitude, que tenha condições de cumprir da forma melhor possível, lançando mão dos recursos necessários. Isso acho que é de interesse da sociedade, é do interesse do Estado. Agora, é preciso, - volto a repetir e registrar - encontrar a fórmula, a forma jurídica mais adequada e mais transparente.

Este é inclusive o apelo que dirijo à Mesa da Assembléia - como já fizemos em diversas outras ocasiões - para que a Assembléia se debruce sobre esta questão e comecemos a dar o exemplo de transparência absoluta com relação a todos os recursos que esta Casa faz a sua gestão, tanto no aspecto do funcionalismo, como no aspecto dos ressarcimentos e despesa, dos automóveis, enfim, de todos os equipamentos e serviços que esta Assembléia oferece aos Senhores Deputados para exercer o seu mandato.

Entendo, Sr. Presidente, que é chegada a hora de tomar esta atitude pioneira por parte do Poder Legislativo e que seja uma atitude nossa, um exemplo nosso, do Paraná, para as demais Assembléias do Brasil.

Era isto, Sr. Presidente.

Então o nosso voto - embora favorável em relação ao mérito - com restrições sérias com relação a forma e a transparência do processo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto de Resolução nº

Esta Presidência suspende neste momento os trabalhos de votação da Ordem do Dia, para que possamos receber em Plenário o Governador Roberto Requião que, conforme fora anteriormente por nós anunciado e comunicado a todos os Senhores Deputados, comparece a este Plenário para sancionar projetos de lei que foram aprovados por esta Assembléia Legislativa - um deles que faz a doação de imóveis no bairro do Ahú/São Lourenço, na Cidade de Curitiba, ao CEFET, para que ali seja construída uma nova unidade de ensino tecnológico no nosso Estado.

Um outro projeto também, oriundo de Mensagem do Governador que atribui a gratificação de incentivo à titulação, ou seja, pagamento melhor aos professores universitários em função, evidentemente, da titulação que cada um possui.

E dois outros projetos também aprovados por esta Assembléia, oriundos de mensagem do Governador que criam cargos que serão dados aos hospitais mantidos e dirigidos pela Universidade de Maringá e pela Universidade de Londrina.

Então, suspendemos a Sessão para que S.Exa. possa, em Plenário, sancionar estes projetos de lei.

Convido as Lideranças Partidárias para que conosco, conduzam S.Exa. o Governador ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Está suspensa a Sessão.

Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência registra com satisfação a presença neste recinto de S.Exa. o Sr. Governador Roberto Requião, do Secretário Durval Amaral, do Secretário Elias Abrahão, do Secretário Caíto Quintana, do Secretário Adhail Sprenger Passos. Registra também com satisfação a presença entre nós do Professor Athaide Moacir Ferraza, Diretor Geral do CEFET, dos Reitores João Carlos da Universidade de Ponta Grossa, Thompson, da Universidade de Londrina e Décio Sperandio, da Universidade de Maringá, além de outras autoridades civis e militares que, com suas presenças, muito engrandecem esta Sessão Solene.

Solicito ao Sr. Secretário Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, que se manifeste sobre os assuntos que serão aqui tratados e que nos relate a respeito dos projetos que serão sancionados por S.Exa. o Governador.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Inicialmente, o Sr. Governador irá sancionar a Mensagem nº 56/93, aprovada por esta Assembléia Legislativa, que cria 477 cargos de provimento efetivo, discriminados no anexo da presen-

te lei. Apenas para lembrança dos Srs. Parlamentares, este projeto é o concurso aberto para a Universidade, principalmente para o Hospital Universitário de Londrina.

Passo às mãos do Presidente para que o Governador proceda a assinatura, sancionando o projeto.

(É sancionado o projeto).

(Palmas).

Da mesma forma a Mensagem 57/93, que autoriza a criação de 146 cargos de provimento efetivo autoriza a criação de 146 cargos de provimento efetivo na Universidade Maringá. Também ressaltamos que a grande maioria destes cargos é para o Hospital Universitário de Maringá. Mensagem aprovada pela Assembléia Legislativa.

(É sancionada a Mensagem).

(Palmas).

O próximo projeto, oriundo da Mensagem 63/93, que autoriza a doação de imóvel pelo Estado ao CEFET, para construção do seu prédio.

(É sancionado o Projeto).

(Palmas).

Próxima mensagem a ser sancionada neste ato é a Mensagem 67/93. Trata-se de gratificação pela titulação de professores universitários, sendo 10% sobre o vencimento do seu nível salarial aos integrantes da classe de professor auxiliar, quando portadores do nível de especialização.

Trinta por cento sobre o vencimento quando portadores de Mestrado e 50% quando portadores de título de doutorado, ou livre docente.

(É sancionada a Mensagem).

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Governador assina, neste momento, a criação da Comissão de Alto Nível para as comemorações dos 140 anos do Paraná.

Queríamos, após essas assinaturas, registrar mais uma vez a nossa satisfação, o nosso contentamento por ter a Assembléia Legislativa do Paraná aprovado essas 4 Mensagens.

Como todos vocês já conhecem o inteiro teor das mesmas e aqui já foi anunciado pelo Chefe da Casa Civil - Deputado Caíto Quintana - duas Mensagens criando cargos na estrutura dos hospitais regionais mantidos pelas Universidades de Maringá e Londrina, num trabalho que certamente virá em benefício de toda a população, não só de Londrina, não só de Maringá, mas de toda a Região Norte, de toda a Região Noroeste enfim, de toda aquela região do nosso Estado, fazendo com que esse serviço que será prestado com melhor qualidade e com muito mais eficiência, consiga resolver por ali mesmo os problemas da nossa gente, impedindo até que muitos tenham que se deslocar para Curitiba.

O Projeto que gratifica através da titulação dos professores universitários, uma reivindicação bastante antiga, um trabalho que sabemos foi incansável, onde realmente a sensibilidade do Governador valeu. Porque estamos, com isso, pagando melhor quem melhor preparado está. Eu me recordo que em muitas ocasiões estivemos conversando - ainda quando no exercício da Liderança do Governo - com os Reitores e com o Professor Adhail Sprenger Passos, a respeito dessa reivindicação e que hoje torna-se uma realidade.

É também de grande importância para nós, os paranaenses - não só para nós que moramos aqui em Curitiba - esta nova unidade do CEFET, que é uma idéia também antiga, uma disposição realmente determinada do CEFET, que anteriormente buscava a cessação do Instituto Politécnico lá do Boqueirão, mas que, ao final - no nosso entendimento - as coisas ficaram melhor ainda. Porque agora teremos uma unidade aqui na região do Ahú e do São Lourenço e outra no centro da cidade. E teremos uma outra lá no Boqueirão, cobrindo por inteiro toda a cidade.

Então, realmente é uma demonstração de que o Governo do Paraná, esse Poder Legislativo e a sociedade civil e organizada e as suas instituições, buscam, incansavelmente, melhorar a condição de ensino, melhorar a condição de vida dos nossos companheiros, dos nossos amigos paranaenses.

Concedo a palavra ao Professor Athayde Moacir Ferrazza.

O SR. ATHAYDE MOACIR FERRAZZA - Sr. Governador, Sr. Presidente desta Casa, demais Deputados.

Há 20 anos que o CEFET luta para crescer, luta para trazer mais recursos do Governo Federal para o desenvolvimento de cursos na área tecnológica, principalmente na área de tecnologia industrial. Esse momento é de grande importância para nós.

Queremos, em nome de nosso corpo docente, discente e administrativo agradecer a compreensão do Senhor Governador, agradecer a proposta do Deputado Renato Adur aceita por todos os Srs. Deputados. Quero que tenham certeza de que nós não os decepcionaremos.

E digo isto, Sr. Presidente e Deputados em nome dos nossos alunos aqui representados pelos cursos de Edificações e Desenho Industrial, que são os dois cursos mais sacrificados por falta de espaço físico dentro do CEFET. O nosso problema de espaço físico é tão grande que disse em uma entrevista: "se o nosso primeiro problema é espaço físico, o segundo problema, no mínimo, vem em décimo lugar".

Então, queria convidar os alunos Andréa Kock e Peterson Kürte, respectivamente

do Departamento de Desenho Industrial e Departamento de Edificações, para fazerem a entrega ao Senhor Governador de uma placa alusiva a esta data, de grande importância para nós.

(É feita a entrega ao Senhor Governador do Estado).

(Aplausos)

Permita-me a leitura da placa, Senhor Governador.

(Lê): "Governador Roberto Requião, na oportunidade em que V.Exa. sanciona o Projeto que viabiliza ao CEFET-PR a expansão de sua ação educacional, o reconhecimento de quem vê na educação um elemento basilar na manutenção da Democracia, no desenvolvimento do País e na afirmação da cidadania.

Curitiba, 27 de outubro de 1993".

Obrigado, Senhor Governador!

Obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Senhor Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Governador do Estado Roberto Requião.

Esta tarde é muito especial para esta Casa de Leis que vem durante todos estes anos aprovando as Mensagens do Governo do Estado do Paraná, Mensagens direcionadas, entre outras, mas especificamente ao setor educacional deste Estado.

É bom que se registre, Sra. e Srs. Deputados, que o Paraná passa por uma fase no setor educacional. Discutíamos há pouco aqui neste Plenário a aprovação de uma Mensagem de S.Exa. o Governador que busca mais recursos do exterior num projeto jamais visto na História do Paraná para que possamos resgatar a maior dívida que este País tem com o seu povo e que é a educação básica.

Discutíamos um projeto de altíssima envergadura e que S.Exa. o Governador nos dizia: "Este Projeto não o executarei; será o próximo governante do Paraná que o executará. Cabe a mim cumprir com a obrigação de cidadão, de governante de Estado fazer andar um projeto que carrega recursos do exterior para ser aplicado na educação básica, e que um outro governante será o executor desta tarefa maior no Estado do Paraná".

Não podemos nos furtar de um compromisso tão grande com as crianças deste Estado!

E Vossa Excelência, Governador Roberto Requião, tem demonstrado desde aquele tempo em que V.Exa. foi candidato a Governador do Paraná a séria determinação de resgatar a dívida com a educação no Estado do Paraná. V.Exa. tem demonstrado com os constantes deferenciamentos dos aumentos

dos Professores deste Estado que hoje o aplaudem, o veneram; bem como aplaudem o nosso grande Secretário de Educação aqui presente, Elias Abrahão.

Tem demonstrado S.Exa. o Governador do Estado, através de um amplo programa de recuperação da rede física do Estado do Paraná, onde mais de 450 mil m² de área construída especificamente para o setor educacional deste Estado. Mais de 4 mil salas de aula estão sendo concluídas durante o seu governo. Tem demonstrado, nas suas atitudes e mensagens a esta Casa, de valorização do professor emérito, tem demonstrado em tantas outras atitudes suas, a valorização do professor e do aluno neste Estado e tem demonstrado também como bem o vemos na classe dos professores das Universidades.

Tem demonstrado nesse seu ato junto com o CEFET. O CEFET é um organismo federal, não é estadual. Busca-se no CEFET, o aprimoramento do 3º grau, mas o CEFET quer atender ao 2º grau no Paraná. Tem dinheiro, tem recurso, quer investir no Paraná.

Na primeira tentativa, na questão do IPE não foi possível o Instituto Politécnico Estadual, por um problema localizado na região. Temos que respeitar a decisão do Boqueirão.

Mas Curitiba, o Paraná, o governo do Paraná não poderia jamais deixar de receber os recursos que estão à nossa disposição no CEFET do Paraná, de Curitiba, com uma vontade extraordinária da direção do CEFET para que esses recursos fossem aplicados e Curitiba pudesse ganhar mais 3 mil vagas do melhor ensino técnico que esse país tem, que é a nossa Escola Técnica Federal do Paraná.

Então, Senhor Governador do Estado, o governador da educação no Paraná, o secretário nosso da educação tem sido a alavanca fundamental, mas a vontade política é sua. O senhor ficará na história do Paraná e esta placa que o CEFET hoje lhe entrega, representa o resgate de uma dívida social que o Estado tinha, sem querer desmerecer os outros governantes que buscaram outras prioridades no Estado, também importantes, mas V.Exa. olhou no ponto crítico do Estado.

Olhou não o seu futuro político, de um, dois, três meses ou três anos, mas olhou o Brasil do ano 2.010, 2.020 e Vossa Excelência está investindo naquilo em que acredita, no seu ideal e naquilo em que nós sempre acreditamos.

Meu muito obrigado, em nome dos nossos Deputados, pelo alto alcance, alta visão que o senhor tem dos problemas desse Estado e, tenha certeza, seu nome ficará na memória deste Estado como um cidadão que soube olhar para o futuro, atendendo as crianças do presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essa Presidência concede a palavra ao Reitor João Carlos Gomes, da Universidade de Ponta Grossa que falará em nome dos demais reitores.

O SR. JOÃO CARLOS GOMES - Sr. Governador Roberto Requião; Deputado Orlando Pessuti, Presidente desta Casa; Senhores Deputados; prezados professores; alunos; senhoras e senhores.

Em meu nome, em nome do colega Professor Reitor de Londrina e do colega Professor de Maringá, diretores de faculdades, dirigentes de universidades, com certeza da nossa Secretaria de Estado e Ensino Superior, queremos registrar aqui, uma satisfação muito grande, Senhor Governador, Senhores Deputados, por essa mensagem encaminhada pelo Executivo do Paraná que recebeu apoio total desta Casa.

Talvez aquelas pessoas que não têm um trabalho no dia a dia com as universidades, não sabem ou não podem imaginar o significado desta lei. Com esta aprovação, com esta sanção hoje do nosso governador, nós temos aqui no Estado do Paraná, uma demonstração do nosso governo, dos nossos Deputados, da nossa Assembléia, um respeito e reconhecimento do ensino superior do Estado do Paraná.

Não tenho dúvida que a participação do nosso Governador, com a educação, tem sido através de demonstração prática de trabalho desde o 1º, 2º e 3º graus.

Sem dúvida alguma, Senhor Governador, esse dia de hoje passa para a história das universidades, onde o governo do Estado do Paraná demonstra o reconhecimento àqueles professores, àqueles docentes que, muitas vezes, com sacrifício pessoal, familiar, se desloca a outros Estados, outras cidades, e até a outros Países para cursarem um curso de pós-graduação, e o resultado, Sr. Governador, o mais importante, muito mais importante até, diga a todos vocês, do que o resultado financeiro, do que a percentagem maior, é o reconhecimento do Governo do Estado, e a respostas de nós professores, reitores e membros da comunidade universitária do Estado do Paraná, sem dúvida alguma será em sala de aula, através do nosso ensino, da nossa pesquisa e da extensão, o resultado será na melhoria do ensino superior do Estado do Paraná como resposta, principalmente, ao reconhecimento do nosso Governo, dos nossos Deputados com a universidade paranaense.

Em nome de toda universidade do Estado do Paraná o nosso muito obrigado ao Senhor Governador e a esta Casa de Leis que aprovaram essa mensagem.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registramos, com satisfação, a presença entre nós, do Secretário de Planejamento Carlos Artur Krüger Passos; do Secretário da Casa Militar e da Defesa Civil do Paraná Cel. Ventuili; e do Cel. Moraes, Diretor de Ensino da Polícia Militar do Paraná, que representa, neste momento, o Com. da Polícia Militar do Estado do Paraná, Cel. Capriotti.

Passamos a palavra a S. Exa. o Governador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso a vocês a nostalgia e a saudade que sinto neste momento dos meus tempos de Deputado Estadual.

Mas o motivo pelo qual solicitei ao Presidente da Assembleia a oportunidade de sancionar estas Leis nesta Casa, é diverso.

No momento que o Congresso Nacional é motivo de crítica e de horror por parte de todos os brasileiros pelo comportamento da Comissão de Orçamento, na distribuição de verbas, eu tenho orgulho da Assembleia Legislativa do Paraná, ela dá credibilidade ao Estado, e esta credibilidade, muito mais em função do trabalho da Assembleia e do conjunto da sociedade, incorpora, também, o Poder Executivo.

Resultado da credibilidade do Estado do Paraná, um Estado sem escândalos orçamentários, sem preocupação com o comportamento da Assembleia Legislativa, se traduz em dados concretos e insofismáveis. Arrebenta o escândalo do Congresso Nacional e as ações de empresas públicas e privadas despençam nas Bolsas - única exceção - o Banco do Estado do Paraná sobe 10,85%, enquanto os bancos privados despençam num valor correspondente.

O Banco do Estado do Paraná coloca 50 milhões de dólares em "eurobonus" no mercado francês, na expectativa de colocar esses bônus num prazo nunca inferior a 60 dias. A situação conhecida do Estado pelos bancos de financiamento internacionais e o próprio balanço do Banco do Estado nos surpreende, e os bônus que esperávamos colocar em 60 dias são resgatados por investidores privados, investidores não institucionais da França, dos Estados Unidos e da Ásia, em menos de quatro horas, são resgatados no dia em que foram colocados no mercado.

Credibilidade é a marca do Estado do Paraná no concerto dos Estados brasileiros, e por isso em função da credibilidade que a Assembleia empresta ao Estado, em função da velocidade com que tem votado assuntos de interesse, não do Governo, mas da sociedade paranaense, eu resolvi, em

entendimento com a Mesa da Assembleia, assinar essas Mensagens aprovadas aqui na Assembleia, assinar essas Mensagens aprovadas aqui na Assembleia e diante de seus Deputados.

A reivindicação salarial quanto a titulação é uma reivindicação antiga das nossas universidades que sofreram, por parte do governo, num determinado momento, um comportamento necessariamente duro, mas no encaminhamento desse processo, em função do comportamento dos seus reitores e de seus professores na manifesta tentativa, no trabalho continuado pela racionalização passaram as universidades e os reitores a merecer o que já mereciam desde o começo, mas que teve um problema, colocado menos pelo comportamento deles e mais pela visão corporativa que tomou o corpo das universidades em determinados momentos.

O resultado da credibilidade se traduz na aprovação da Assembleia por um, não diria excepcional, mas bom projeto de valorização da titulação universitária da pós-graduação e dos mestrados que as universidades fizeram por merecer e que o Governo sanciona com satisfação.

Cumprimento a Assembleia Legislativa pelo encaminhamento que deu ao problema do CEFET. Curitiba e o Paraná precisavam da ampliação dessa escola federal. Uma das melhores escolas técnicas do Brasil.

(Palmas).

Sem sombra de dúvidas, estas vagas mantidas pelo CEFET, apoiado pelo seu excepcional quadro de professores, ampliarão a perspectiva de vida de três mil paranaenses.

Parabéns ao Adur, parabéns aos Deputados que conseguiram com facilidade entender esse processo.

Espero que um dia este Paraná, que não é perfeito, este Governo, que não é um modelo, esta Assembleia, que merece, como o Governo, críticas por parte da sociedade, possam refletir com todos os seus defeitos o comportamento do Congresso Nacional.

Se o Congresso Nacional aproximasse, mesmo que de longe, ao Legislativo do Paraná e se a sociedade brasileira tivesse a capacidade crítica da sociedade paranaense, o Brasil estaria dando os primeiros passos para a arrancada, para o desenvolvimento e o estabelecimento de uma verdadeira justiça social.

Os programas de Governo dão certo no Paraná em função da qualidade da sua sociedade e do comportamento crítico da sociedade paranaense em relação à sua Assembleia, ao seu Governo e aos seus políticos.

Parabéns à Assembleia Legislativa do Paraná!

Tenho, mesmo com a minha vigorosa oposição, o orgulho extraordinário de poder encará-los de frente e dizer que tenho certeza de que esta Assembléia não abriga "Genebaldos", "Joões Alves", manipuladores de orçamento e políticos que fazem do mandato popular que receberam um instrumento, não para promoção da sociedade, mas para o agenciamento de vantagens pessoais e de grupos econômicos.

Pessuti, a intenção desta reunião comum-Executivo e Legislativo - foi exatamente esta: dizer a vocês e ao Paraná que o Governador tem orgulho da Assembléia Legislativa do seu Estado.

Muito obrigado.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradecemos, mais uma vez, a presença de todos que aqui compareceram, dos alunos do CEFET, das autoridades aqui presentes, e damos por encerrado este ato solene.

A Sessão será reaberta daqui a cinco minutos.

(A Sessão é interrompida por cinco minutos).

Está reaberta a presente Sessão.

Continuaremos discutindo e votando a Ordem do Dia.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 529/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube Cultural de Curitiba conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 128, de 22.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 529/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 529/93, visa declarar de Utilidade Pública o "Clube Cultural de Curitiba" com sede à rua Magdalena de Almeida n° 250, bairro Capão Raso nesta capital, e tendo em vista que o mesmo atende às exigências contidas na Lei n° 6.994/78, damos o nosso parecer favorável.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o referido projeto de lei nada tem que impeça a sua normal tramitação, e posterior aprovação por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.10.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 478/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona

Turra, que dispõe sobre o depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E. e C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 122, de 13.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 478/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, o presente plano de lei dispõe sobre o Depósito Legal de Materiais Informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

Em análise à referida matéria, esta comissão não encontrou óbices de natureza legal, constitucional e regimental que impeçam sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Sendo a medida justa e necessária à preservação do patrimônio cultural paranaense, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 478/93

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, dispõe sobre o Depósito Legal de Materiais Informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

Já tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes não encontramos óbices que impeçam sua tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.10.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 478/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, trata a respeito do depósito legal de materiais informativos na Biblioteca Pública do Paraná e dá outras providências.

O referido plano de lei já foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, e de Educação, Cultura e Esportes, recebendo de ambas parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, nada encontramos que possa impedir a continuidade da sua regular tramitação nesta Casa, opinando-se dessa forma favoravelmente à sua

Sala das Comissões, em 20.10.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 351/93, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza a formação de consórcio de micro e pequenas empresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 101, de 29.07.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 351/93

P A R E C E R:

O processo não esbarra em óbice constitucional, podendo prosseguir.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 351/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade autorizar a formação de consórcio de micro e pequenas empresas.

A medida proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio entende que não existe nada que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Apenas quero aqui registrar, porque acredito que o projeto, embora singelo, do Deputado Annibelli, talvez até tenha passado despercebido pela sua importância, na medida em que ele permite a democratização e o acesso da disputa de pequenas e micro empresas e recursos públicos destinados a investimentos.

Este projeto, se efetivamente for implantado, como vontade política do Governo do Estado e dos demais Poderes, nós entendemos que ele é fundamental para evitar que as concorrências públicas continuem a ser um jogo de cartas marcadas de grandes grupos econômicos, de grandes fornecedores, de grandes empreiteiras, passando a distribuir melhor os recursos e permitindo o desenvolvimento às pequenas e médias empresas e permitindo também ao Estado uma

economia substancial de recursos.

Apenas registrar, pela importância da Matéria, o voto favorável da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Este Projeto do Deputado Antônio Annibelli teve o apoio da Comissão de Constituição e Justiça, que na análise do seu Relator julgou pela sua constitucionalidade.

Contudo, Senhor Presidente, é matéria inconstitucional porque fere a Lei n° 8.666, das Licitações, que disciplina esta matéria e dá providência à União para legislar a este respeito.

Muito embora o Senhor Deputado Antônio Annibelli tenha a melhor das intenções e o seu projeto seja de grande utilidade, ele é flagrantemente inconstitucional, apesar de ter sido aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça.

Voto contrário, para ser registrado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto.

Aprovado, com o voto contrário do Deputado Colombino Grassano e Deputada Emilia Belinati.

1.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 270/93, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que autoriza doação de imóvel do Estado do Paraná, conforme especifica, para constituição de Parque Municipal no Município de Cascavel - Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.E.M.A.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 079, de 17.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 270/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 270/93, de autoria do nobre Deputado Ernani Pudell, autoriza doação de imóvel do Estado do Paraná, conforme especifica, para constituição de Parque Municipal no Município de Cascavel.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 270/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Ernani Pudell, chega a esta Comissão, o projeto de lei em epígrafe, que objetiva autorizar a doação de imóvel do Estado do Paraná, conforme específica, para constituição de Parque Municipal no Município de Cascavel.

O presente foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável.

Do ponto de vista desta Comissão o presente não apresenta qualquer irregularidade, estando apto para ser apreciado em Plenário.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do referido projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 06.07.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 270/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que pretende autorizar a doação de imóvel ao Estado do Paraná, conforme específica, para constituição do Parque Municipal no Município de Cascavel, de autoria do Deputado Eranani Pudell.

O projeto já foi relatado nas Comissões de Constituição e Justiça e de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, onde recebeu pareceres favoráveis.

No âmbito desta Comissão, o presente merece elogios e incentivo para que torne-se realidade no período de tempo mais breve possível.

Desta forma, opinamos favoravelmente ao andamento e posterior aprovação do mesmo.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 27.09.93.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

3.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 596/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri e Colombino Grassano, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Nagibe Chede. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 574/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que declara de Utilidade Pública o Núcleo de Ponta Grossa da Cruzada dos Militares Espíritas, com sede e foro no Município de Ponta Grossa-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 556/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação e Assistência Social Wesleiana da Vila São Pedro, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando o arquivamento. Aprovado.

Fica portanto, arquivado o Projeto de Lei n° 556/93.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 548/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Martha, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 492/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, que declara de Utilidade Pública o Centro de Treinamento para Pecuária Castrolanda, com sede e foro na cidade de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

3.^a DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 250/93, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que dispõe sobre a comercialização, classificação e recebimento do fumo na fonte de produção e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.A.I.C. Substitutivo Geral de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

Neste turno iremos apreciar apenas o Substitutivo de Plenário. Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao Substitutivo de Plenário, permaneçam como estão. Aprovado o substitutivo geral.

O SR. NEREU MOURA - (Pela Ordem) - Só quero registrar a presença aqui em Plenário, do nosso Prefeito de Sulina, companheiro Vilmar Sangaletti e seus assessores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur, Duílio Gerari, Paulo Maia e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando dispensa de interstício para a discussão e votação dos Projetos de Lei n°s 585, 586, 613, 617 e 618/93 e do Projeto de Decreto Legislativo n° 002/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, bem como a realização de tantas Sessões Extraordinárias quantas se fizeram necessárias, após a presente Sessão, para que se ultime a aprovação das referidas matérias, bem como, também Projeto de Resolução n° 021/93, excluindo o

Projeto de Lei nº 616/93 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 002/93. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Diante da aprovação do Plenário, estaremos apreciando os seguintes Vetos: 59/93, 50/93 e 45/93.

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 059/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 264/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que institui a semana do adolescente. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

Ofício/DTL/SAT nº 256/93

Curitiba, 30 de agosto de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 226/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando a atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 264/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista o fato de, em seu texto, constar órgão inexistente na Secretaria de Estado da Saúde, o que torna a medida sem as necessárias condições de exequibilidade.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 264/93, encontra-se publicado no D.A. nº 77, de 15.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 059/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o Veto apostado ao Projeto de Lei nº 264/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que institui a "Semana do Adolescente" sob a coordenação do Adolescente da Secretaria da Saúde.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso Parecer é FAVORÁVEL à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Curitiba, quarta, em 27.10.93

E o parecer.

Sala das Comissões em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 050/93, veto apostado ao Projeto de Lei nº 422/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Bandeirantes. **COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

Ofício/DTL/SAT nº 233/93

Curitiba, 03 de agosto de 1993
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 117/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 422/92, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Bandeirantes.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em causa não significa desatendimento às questões relativas à violência praticada contra a mulher, pois, como esclarece a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do Departamento da Polícia Civil, o reduzido número de ocorrências dessa natureza, em Bandeirantes, não justifica a instalação de uma Delegacia Especializada, cujo atendimento vem sendo prestado por órgãos policiais já existentes. Além do que, em razão de estudos procedidos com vistas à viabilidade técnica de tais Delegacias, obteve-se o consenso para sua implementação inicialmente nos Municípios sedes de comarca de entrância final. Portanto, a inserção de outras localidades não pertinentes à referida entrância viria a conflitar com as diretrizes norteadoras do planejamento e fixação das questionadas delegacias, em nosso Estado.

Outro fator relevante que inviabiliza a sanção do questionado plano de lei refere-se a sua patente inconstitucionalidade por vício de iniciativa, uma vez que a competência para a propositura de matérias que disponham sobre a estrutura e atribuições das Secretarias de Estado é privativa do Governador do Estado, conforme preceitua o inciso IV, do art. 66, da Constituição Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 422/92, encontra-se publicado no D.A. nº 178/92, de 09.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 050/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o Veto apostado ao Projeto de Lei nº 093/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que tem por finalidade autorizar a criação de uma Delegacia da Polícia Feminina no Município de Bandeirantes.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Face ao exposto, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é FAVORÁVEL à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Proposição nº 045/93 veto apostado ao Projeto de Lei nº 183/93, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que institui o fundo de moradia popular, fixa diretrizes da política habitacional do Estado, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 228/93.

Curitiba, 03 de agosto de 1993
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 203/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 183/93, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir, conforme específica, a Política Estadual de Habitação, assim como a criação do Conselho Estadual de Habitação e ao Fundo Estadual de Habitação.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência decorre de pronunciamentos expendidos por órgãos do Poder Executivo, os quais consideram a medida inconstitucional porque ao vincular alíquotas do ICMS no rol de recursos do preconizado Fundo de Habitação, afronta o art. 135, inciso IV, da Constituição Estadual, onde

se contém preceito vedando:

"a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo as previstas no Plano Plurianual, a repartição do produto da arrecadação dos impostos do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, sobre a propriedade de veículos automotores, as operações de crédito aprovadas por Lei Estadual e as disposições previstas na Constituição Federal".

Por outro lado, inobstante o aspecto de inconstitucionalidade antes apontados, vale ressaltar que a medida é tida como desnecessária, pelo fato de a Política Habitacional do Estado vir sendo satisfatoriamente atendida pelos recusos orçamentários alocados à Secretaria Especial da Política Habitacional e à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 183/93, encontra-se publicado no D.A. nº 47, de 12.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

Ao veto governamental - Proposição nº 45/93 - Projeto de Lei nº 183/93

Analisando o veto governamental em epígrafe, sob todos os aspectos o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 17.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Lembramos aos Senhores Deputados que: para a rejeição do veto serão necessários vinte e oito votos NAO.

Os que forem favoráveis à manutenção do Veto, votarão com a cédula SIM. Os contrários votarão com a cédula NAO.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados para votação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Para Encaminhar) -

Apenas lembrando os senhores Deputados que um dos projetos versa sobre o Fundo de Habitação Popular que foi exaustivamente discutido, inclusive com a Secretaria de Estado Especial para Habitação, é um projeto que não atrapalha os programas do Governo do Estado. Pelo contrário, é um projeto que permite apenas avançar a partir do estado em que se encontram atualmente

os programas governamentais.

É um projeto que abre a perspectiva do Paraná ter uma política moderna em termos de habitação; uma política transparente, na medida em que permite a fiscalização destes recursos por parte dos integrantes da sociedade civil e, principalmente, cria alguns critérios para a construção de habitação popular, na medida em que força os municípios a adotarem também uma política de habitação que destinam recursos para isto, que ofereçam as contrapartidas em projetos que tenham qualidade em termos de construção, qualidade em termos de projetos arquitetônicos, projetos que disponham de infra-estrutura oferecidos pelos municípios, conjuntos habitacionais mais próximos aos centros urbanos, evitando que os municípios tenham que construir infraestruturas sempre que sejam construídos conjuntos habitacionais.

Enfim, cria uma série de padrões e exigências para a liberação de recursos do Tesouro do Estado para projetos de habitação popular.

Esta matéria voltou à esta Casa, teve o apoio de 32 dos Srs. Deputados e quero aqui registrar que não me considero como autor deste Projeto. Os autores deste projeto são 32 Deputados desta Casa que ajudaram a elaborar. Discutimos exaustivamente com a Secretaria de Habitação este projeto. E espero, sinceramente, que esta Casa hoje possa manifestar o seu voto em favor do projeto, colocando na cédula o voto "Não". Não ao veto e a favor do projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Sr. 1º Secretário, Deputado Heinz Herwig, fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação.

(É feita a chamada nominal para votação).

Trinta e três Deputados votaram.

Designo uma Comissão constituída pelos Deputados Oswaldo Trevisan, Nilton Barbosa, Ernani Pudell e Luiz Carlos Alborghetti para conferência dos votos presentes na urna.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Quero registrar a presença do nosso vice-Prefeito de Guaraniaçu, Ivo de Lara, que nos honra com sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Votaram 33 Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto: nove votos.

Pela rejeição do veto: 24 votos.

Estão mantidos os vetos.

Sobre a Mesa, o requerimento nº 4222, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia,

constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Esta Presidência transfere a votação dos Requerimentos para o final de Sessão Extraordinária.

Requerimento do Deputado Nilton Barbosa. Requer a não inclusão na Ordem do Dia por 5 Sessões do Projeto 587/93.

Em discussão. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Para Encaminhar) -

Requeiro a retirada do presente requerimento, em função de entendimento havido com as lideranças. E está entrando nesta Casa uma emenda que suprime o item dois do artigo quarto.

Então, dado a esse entendimento, retiro o nosso requerimento.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) -

Solicitaria de Vossa Excelência se ratifica a decisão anterior de mandar para a Comissão de Educação, após ser votado em primeira discussão, essa Mensagem Governamental.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se

aprovado o requerimento do Deputado Nilton Barbosa, solicitaremos que o mesmo seja encaminhado à Comissão de Educação para que, nesse período, receba também parecer da mesma. Podendo, inclusive, na Comissão, receber a emenda que foi sugerida pelo Deputado Erondy Silvério.

Em votação o Requerimento. Aprovado.

Encerramos a presente Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental. Marcamos também para amanhã, uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Marcos Olsen.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Gostaria de justificar aqui a minha ausência na sessão de amanhã, em razão da amizade que tenho com o grande amigo Marcos Olsen.

E o vice-Governador, Mário Pereira, está fazendo uma visita a diversos municípios da Região e que - ao lado dos Deputados Nelson Garcia, Dirceu Manfrinato e Mário Bezerra - represento.

Quero deixar aqui, então, as minhas justificativas e parabenizar o autor e o homenageado no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada

mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 585, 586, 613, 617 e 618/93, e do Projeto de Resolução n.º 021/93.

Marca ainda uma Sessão Ordinária para quinta-feira dia 28, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 270, 351, 478, 503, 504, 505, 529, 557, 583, 584 e 616/93.

Marca ainda uma Sessão Solene para outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Marcos Olsen, a se realizar às 17:00 horas, quinta-feira, dia 28.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA, 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 9.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 20 (vinte) dias do mês de outubro de hum mil novecentos e noventa e três

reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sobre a Presidência do Deputado Severino Felix. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, constando da Ordem do Dia os Relatos dos Projetos de Lei n.ºs 351/93 e 084/93, ambos tendo como Relator o Deputado Antônio Costenaro e Projeto de Lei n.º 478/93, tendo como Relator o Deputado Nereu Moura. Na sequência o Senhor Presidente solicita aos Deputados Relatores que apresentem seus Pareceres. Projeto de Lei n.º 351/93, parecer FAVORÁVEL. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei n.º 084/93, parecer FAVORÁVEL. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei n.º 478/93, parecer FAVORÁVEL. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rubens Bremer, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 20.10.93

(a) DEPUTADO SEVERINO FELIX - Presidente
Rubens Bremer - Secretário